



Universidade de Brasília — UnB

Instituto de Letras — IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas — LIP

Trabalho de Conclusão de Curso

## **A (NÃO) REPRESENTAÇÃO DAS LÍNGUAS DA AMÉRICA LATINA NO MERCOSUL**

**Dimitria Giovanna Costa Ferreira**

BRASÍLIA

2021

DIMITRIA GIOVANNA COSTA FERREIRA

**A (NÃO) REPRESENTAÇÃO DAS LÍNGUAS DA AMÉRICA LATINA NO  
MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso — Monografia —  
apresentado ao Departamento de Linguística, Português  
e Línguas Clássicas — LIP do Instituto de Letras da  
Universidade de Brasília para obtenção do título de  
licenciatura em Letras Português e Respectiva  
Literatura.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Susana Martínez Martínez

BRASÍLIA

2021

Universidade de Brasília — UnB  
Instituto de Letras — IL  
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas — LIP  
Trabalho de Conclusão de Curso

DIMITRIA GIOVANNA COSTA FERREIRA

**A (NÃO) REPRESENTAÇÃO DAS LÍNGUAS DA AMÉRICA LATINA NO  
MERCOSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso — Monografia — apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas — LIP do Instituto de Letras da Universidade de Brasília para obtenção do título de licenciatura em Letras Português e Respectiva Literatura.

Banca examinadora:

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Susana Martínez Martínez — Orientadora  
LET/IL/UnB

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Alencar Pereira — Membra  
LEA-MSI/IL/UnB

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Rozana Reigota Naves — Membra  
LIP/IL/UnB

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Sabine Gorovitz — Suplente  
LET/IL/UnB

Aprovado em: 25 de maio de 2021.

## AGRADECIMENTOS

À vida, por ter me permitido fazer parte desse mundo incrível e rumar em direção ao conhecimento de seus deslumbrantes fenômenos.

À minha mãe, por todo o amor, carinho, cuidado e atenção direcionados a mim — ao longo de tantos anos. Não foi você quem me deu a vida, mas foi você quem me a apresentou. Sem seus incentivos eu não seria apaixonada pelo conhecimento.

À professora Susana, por toda sua sabedoria, presteza e compartilhamento. Este trabalho não seria possível sem você. Sinto-me honrada de ser sua orientanda e ter aprendido tanto. Só tenho a te agradecer.

Às professoras Fernanda Alencar, Rozana Naves e Sabine Gorovitz por aceitarem compor a banca e por seus comentários valiosos. Obrigada por fazerem parte deste momento único.

À todas(os) os(as) docentes, pensadoras(as) e apaixonadas(os) pelo saber que chegaram antes de mim e possibilitaram que a jornada através do conhecimento fosse mais fácil.

Às minhas amigas Lorena, Daniele e Júlia por todo o apoio, risadas e desabafos ao longo do caminho. A vida faz sentido, em parte, pelas trocas. Sou muito feliz em ter vocês na minha vida.

Às(aos) funcionárias(os) de toda a Universidade de Brasília: da administração (Armando, obrigada por tudo. Descanse em paz), limpeza, segurança, do RU, da BCE, das bancas de xerox e alimentação. Além disso, agradeço ao Marcelo por me deslocar com segurança, de segunda à sexta, da UnB até em casa. Sem você, eu não conseguiria frequentar a universidade.

À banda Earth, Wind & Fire, que, por meio de suas músicas vibrantes, profundas e animadoras manteve-me animada para escrever quando o cansaço pós-trabalho era intenso. Vocês me lembraram que “it’s all about love”.

Por fim, agradeço a mim mesma, por todos os momentos de dedicação e zelo, não só neste trabalho, mas em todas as esferas da minha vida. Não sou fruto do individual, afinal foi necessário que muita gente antes de mim atuasse para que eu chegasse até aqui. Contudo, não posso deixar de reconhecer meus contínuos esforços para construir o meu futuro, a partir do essencial presente.

“Este mundo é a porta de entrada. É a barreira. E, ao mesmo tempo, é a passagem.”

Simone Weil

## RESUMO

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991, é um importante bloco tanto no cenário internacional quanto na região da América Latina. Apesar de ter surgido inicialmente com pretensões econômicas, a influência do Bloco perpassa a dimensão linguística. Considerando que o Mercosul possui três línguas oficiais, o português, o espanhol e o guarani, este trabalho pretendeu analisar como essas línguas são representadas dentro de quatro âmbitos do Bloco, isto é, nos documentos fundacionais, no Conselho do Mercado Comum (CMC), no Parlamento do Mercosul (PARLASUL) e na Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH). A partir da análise composta por documentos oficiais, como atas, decretos e normativas, disponíveis nos sites oficiais do Mercosul, foi averiguado que o espanhol é a língua que predomina nos textos, seguido do português e do guarani – que não está presente em nenhum texto analisado. Apesar do Bloco indicar, em seus textos formais, um tom de garantia quanto às línguas oficiais, o resultado da pesquisa acusou a predominância do espanhol, possivelmente pela priorização do princípio de territorialidade (WILLIAMS, 2012), tendo em vista que três dos quatro países membros são hispanofalantes. Além disso, constatou-se que o Mercosul destina poucos esforços institucionais para o reconhecimento das línguas indígenas, sobretudo no setor educacional.

**Palavras-chave:** Mercosul. Português. Espanhol. Guarani. Documentos oficiais.

## **ABSTRACT**

The Southern Common Market (Mercosur), created in 1991, is an important bloc both on the international scene and in the Latin American region. Despite having initially emerged with economic pretensions, the Bloc's influence permeates the linguistic dimension. Considering that Mercosur has three official languages, Portuguese, Spanish, and Guarani, this work aimed to analyze how these languages are represented in four areas of the Bloc: the core documents, the Common Market Council (CMC), the Mercosur Parliament (PARLASUR), and the Meeting of High Authorities on Human Rights (RAADH). From the analysis composed of official documents, such as minutes, decrees, and norms, available on the official websites of Mercosur, it was found that Spanish is the predominant language in the texts, followed by Portuguese and Guarani – which is not present in any of the texts analyzed. Although the Bloc indicates in its formal texts a tone of guarantee as to the official languages, the result of the research demonstrated the predominance of Spanish, possibly due to the prioritization of the territoriality principle (WILLIAMS, 2012), given that three of the four-member countries are Spanish-speaking. In addition, it was found that Mercosur allocates little institutional effort to the recognition of indigenous languages, especially in the educational sector.

**Keywords:** Mercosur. Portuguese. Spanish. Guarani. Official documents.

## RESUMEN

El Mercado Común del Sur (Mercosur), creado en 1991, es un bloque importante tanto en el escenario internacional como en la región latinoamericana. Aunque inicialmente se creó con fines económicos, la influencia del Bloque se extiende a la dimensión lingüística. Teniendo en cuenta que el Mercosur tiene tres lenguas oficiales: el portugués, el español y el guaraní, este estudio pretendía analizar cómo están representadas estas lenguas en cuatro ámbitos del Bloque: los documentos fundacionales, el Consejo del Mercado Común (CMC), el Parlamento del Mercosur (PARLASUR) y la Reunión de Altas Autoridades sobre Derechos Humanos (RAADH). A partir del análisis de los documentos oficiales, como actas, decretos y reglamentos, disponibles en los sitios web oficiales del Mercosur, se constató que el español es el idioma predominante en los textos, seguido por el portugués y el guaraní – que no está presente en ninguno de los textos analizados. Aunque el Bloque indica en sus textos formales un tono de garantía en cuanto a las lenguas oficiales, el resultado de la investigación mostró el predominio del español, posiblemente debido a la priorización del principio de territorialidad (WILLIAMS, 2012), dado que tres de los cuatro países miembros son hispanohablantes. Además, se constató que el Mercosur dedica pocos esfuerzos institucionales al reconocimiento de las lenguas indígenas, especialmente en los sectores educativos.

**Palabras clave:** Mercosur. Portugués. Español. Guaraní. Documentos oficiales.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ALBA</b>	— Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
<b>ARCU-SUL</b>	— Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul
<b>Art.</b>	— Artigo
<b>BM</b>	— Banco Mundial
<b>CCM</b>	— Comissão de Comércio do Mercosul
<b>CELAC</b>	— Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
<b>CIJ</b>	— Corte Internacional de Justiça
<b>CMC</b>	— Decisão do Conselho do Mercado Comum
<b>EUA</b>	— Estados Unidos da América
<b>G20</b>	— Grupo dos 20
<b>GMC</b>	— Grupo Mercado Comum
<b>IPPDH</b>	— Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos
<b>Mercosul</b>	— Mercado Comum do Sul
<b>OIs</b>	— Organizações Internacionais
<b>OIT</b>	— Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	— Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	— Organização das Nações Unidas
<b>PARLASUL</b>	— Parlamento do Mercosul
<b>RAADH</b>	— Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos
<b>SEM</b>	— Setor Educacional do Mercosul
<b>SIMERCOSUL</b>	— Sistema Integrado de Mobilidade
<b>UE</b>	— União Europeia
<b>UIT</b>	— União Internacional de Telecomunicações
<b>UNASUL</b>	— União de Nações Sul-Americanas
<b>URSS</b>	— União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS LÍNGUAS .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Os princípios de territorialidade e de personalidade .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Uma breve história das línguas no cenário internacional e nas OIs .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2.1 A ONU e suas línguas.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2.2 A UE e suas línguas .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2.3 As línguas em outras OIs .....</b>	<b>21</b>
<b>2 O MERCOSUL E SUAS LÍNGUAS .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 O princípio de territorialidade e personalidade no Mercosul .....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 As línguas usadas nos documentos essenciais e nos espaços do Mercosul .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2.1 Os documentos fundacionais (<i>core documents</i>) .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2.2 O Conselho do Mercado Comum (CMC) .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2.3 O Parlamento do Mercosul (PARLASUL) .....</b>	<b>33</b>
<b>2.2.4 A Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH) ....</b>	<b>36</b>
<b>2.3 Há paridade formal entre as línguas do Mercosul? .....</b>	<b>38</b>
<b>3 AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES LINGÜÍSTICAS NO MERCOSUL ..</b>	<b>42</b>
<b>3.1 As representações das línguas indígenas no Mercosul .....</b>	<b>46</b>
<b>3.2 O Mercosul como barreira à hegemonia do inglês.....</b>	<b>49</b>
<b>4 CONCLUSÕES.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>59</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I.....	28
GRÁFICO II.....	32
GRÁFICO III.....	34
GRÁFICO IV.....	37
GRÁFICO V.....	38
GRÁFICO VI.....	40

## INTRODUÇÃO

Em 26 de março de 1991, por iniciativa do Brasil e da Argentina, foi criado o Mercado Comum do Sul — o famoso MERCOSUL. Composto não somente pelos dois países idealizadores, mas também pelo Uruguai e o Paraguai, o Bloco é hoje um dos maiores do mundo e o mais expressivo da América Latina.

Com sede em Montevidéu, capital do Uruguai, o Bloco tem como objetivo principal a criação de uma zona de livre comércio, que facilite a circulação e o acesso aos produtos dos quatros países. Apesar da amplitude do Mercosul no campo econômico, é notável a sua influência em outras esferas, como a política, a cidadã, a educacional, cultural e, não menos importante, a linguística. Afinal, é através dos idiomas que as ações do Mercosul tomarão forma na abstração do espaço. São os tópicos de reuniões, os documentos oficiais, os plenários, as páginas na internet e as discussões que darão vida às políticas públicas e às decisões emitidas pelo Bloco. E nada disso é possível sem o poder da comunicação e do discurso — da língua, enfim.

Como qualquer outro bloco do mundo, o Mercosul elegeu suas línguas oficiais: o português e o espanhol, estabelecidos pelo Protocolo de Ouro Preto de 1994, além do guarani, oficializado, em 2006, a pedido do Paraguai. Apesar da inclusão dessa língua no Bloco, o Protocolo considera apenas o português e o espanhol como línguas de trabalho. Dessa forma, mesmo compondo a tríade das línguas oficiais, o guarani não tem seu uso instrumental garantido por lei — mesmo sendo falada por aproximadamente 15 milhões de pessoas (ZARRATEA, 2008).

No geral, as línguas oficiais de uma organização internacional nem sempre coincidem com as línguas de trabalho, isto é, as línguas usadas para práticas diárias da organização, como troca de e-mails, reuniões e registro de atas. É comum que uma língua seja garantida por estatuto interno, mas não seja utilizada no dia a dia da instituição. Fatores como língua predominante na região de trabalho e a hegemonia global do inglês interferem nessa realidade.

Uma língua é capaz de não só manifestar ideias e proporcionar a efetivação de uma política pública, por exemplo, mas também é reveladora de nacionalidades, geografias e histórias. Como muitas vezes a diversidade não é respeitada, uma realidade

pode ser priorizada e fazer surgir desigualdades — e não é diferente com a fenômeno da linguagem.

É admirável a riqueza linguística da América Latina. Sendo berço e lugar de centenas de línguas indígenas, do português, do espanhol, do inglês, do francês e de muitas outras, é possível notar como, entretanto, essas línguas não ocupam o mesmo espaço de prestígio na região. Mesmo sendo parte dos direitos humanos, os direitos linguísticos ainda são desrespeitados. Não é incomum ler notícias de como falantes de uma língua indígena foram proibidos de a usarem ou testemunhar zombarias a quem fala de um jeito e não de outro. Uma língua não é somente um meio para ordenar a complexidade das ideias: é também a expressão de uma cultura, de vivências e de particularidades. Garantir a sua viabilização e o seu respeito é garantir os direitos humanos.

E sendo o Mercosul importante agente no cenário internacional, sobretudo na parte Sul da América Latina, faz-se necessário analisar como suas línguas, oficiais ou de trabalho, se manifestam em seus espaços internos e ressoam na coletividade que atua.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende analisar como as três línguas oficiais do Bloco se apresentam nos documentos oficiais, seja os fundacionais (*core documents*), ou aqueles emitidos pelos órgãos constitutivos do Mercosul. Dentre várias, três instâncias foram escolhidas para a análise documental: o Conselho do Mercado Comum, o Parlamento do Mercosul e a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos. A partir de documentos disponibilizados na Internet, majoritariamente nos sites oficiais do Bloco, a análise pretende observar se as três línguas oficiais são tratadas com igualdade nessa esfera, ou se há alguma que prevalece em detrimento das outras. Documentos são parte essencial da formação de uma instituição: são eles que pautam e direcionam os rumos da organização. Assim, através da análise de documentos emitidos pelo Mercosul é possível observar como o Bloco direciona suas políticas linguísticas, em parte.

Em um primeiro momento, abordaremos como organizações internacionais, que não o Mercosul, oficializam e priorizam suas línguas. Em seguida, no segundo capítulo, adentramos especificamente no Mercosul, a partir da análise documental nos quatro âmbitos escolhidos. Já no capítulo três, discutiremos qual o espaço que as línguas indígenas ocupam no Bloco, além da barreira que o Mercosul, através do português e do espanhol, exerce em face da hegemonia global do inglês. Por fim, apresentaremos as conclusões, as referências bibliográficas e os anexos.

## 1 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS LÍNGUAS

*A língua é minha pátria*

*E eu não tenho pátria, tenho mátria*

*E quero frátria*

— Caetano Veloso

Parece difícil imaginar uma humanidade que não faz uso da língua. Seja por meio da fala, seja por meio da escrita, o desenvolvimento e o uso da língua nos colocaram em um patamar diferenciado em relação aos outros animais. Não sabemos qual foi a primeira palavra dita pelos nossos antepassados, por exemplo. Porém, sabemos que por meio da língua a humanidade foi capaz de gerar e fortalecer vínculos, expressar e propagar ideias, escrever livros, cantar, debater... Mas também de criar diferenças, promover imposições e perpetuar opressões. Mesmo que a língua tenha sido usada para fins diversos, é, ainda sim, uma constituidora essencial da humanidade.

Conforme as delimitações geográficas para o que hoje chamamos de nação foram tomando força dentro do percurso da história, a língua foi eleita instrumento de diferenciação entre um país e outro. Se por meio da língua é possível entrever diferentes culturas, ideologias, histórias, classes sociais, gêneros e localizações geográficas, há um indicativo de que elas expressam o caráter igualmente plural da humanidade. E, ao mesmo tempo que há quem exalte a diversidade, há quem a use para promover hierarquias, opressões e desigualdades. Quando um país promove guerra contra outro, quer por meio físico, quer por meio da retórica, logo evoca o que distingue os dois: a religião, os acontecimentos históricos, a economia, a cultura, o pedaço de terra... Questões políticas, de valores e princípios que precedem as práticas individuais e governamentais de um país são expressas, em parte, pela língua.

Mesmo que sejamos testemunhas de vários episódios em que as assimetrias foram usadas de forma autoritária, também é possível notar direcionamentos e esforços para a aceitação e a pacificação das mesmas diferenças. É o caso das organizações internacionais (OIs). Surgidas oficialmente no século XIX, mas idealizadas desde o século XVII com a Paz de Vestfália, as OIs são tentativas de união entre Estados em prol da cooperação comum, mesmo que partam de posições distintas. Uma vez fundada e consolidada a OI, será necessário promover discussões, redigir documentos, comunicar-se com o público

externo, estimular a formação de conceitos e representações, além de redigir os documentos legais que pautam sua fundação. E qual meio, senão a língua, para dar conta de todas essas peculiaridades? Através do estudo dos status das línguas dentro de uma determinada organização, por exemplo, é possível dizer muita coisa: quem ou o que ela prioriza ou até mesmo não considera, qual seu direcionamento político e como dialoga com a comunidade internacional.

Uma vez que vivemos em um mundo cada vez mais marcado pelo aprofundamento das conexões econômicas, culturais e políticas entre os diversos países ao redor do globo, isto é, um processo intenso de globalização, as OIs exercem um papel importante no cenário mundial. Mesmo que o inglês seja considerado língua hegemônica internacional, como veremos na seção seguinte, o alcance mundial das organizações propulsiona um contato com múltiplas línguas. E assim como há assimetrias em relação aos países do mundo, há dessemelhanças na forma como as línguas serão tratadas e priorizadas dentro das OIs. A influência das OIs é tal que, mesmo “inconscientemente”, promove políticas linguísticas que afetarão populações inteiras. O papel e o status que destinados a uma certa língua estão diretamente vinculados às relações de poder na organização.

Nas seções seguintes, faremos algumas considerações sobre o percurso histórico de algumas línguas de maior peso nas atividades performadas no cenário internacional, como o inglês, o francês e o espanhol, além do direcionamento linguístico da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE), pautado nos princípios de territorialidade e personalidade.

### **1.1 Os princípios de territorialidade e de personalidade**

Quando falamos de políticas linguísticas, podemos ter duas esferas de atuação e análise. Uma delas é a *in vivo*, ou seja, a gestão na forma como as pessoas lidam com a língua no cotidiano e sem intervenções formais, como leis e decretos. A outra é a *in vitro*, que são gestões na esfera do poder, envolvendo o Estado e políticas formais (CALVET, 2007). Em ambos os casos, certos impasses podem surgir entre os níveis individuais e territoriais, uma vez que nem sempre é fácil delimitar onde começa um e termina o outro. O que prevalece para o uso de uma língua: o direito individual ou o territorial?

Segundo Williams (2012), durante o processo de formalização pelo qual uma língua passa a ser considerada oficial por um Estado, podemos observar a prevalência de dois princípios: o da personalidade e o da territorialidade. O princípio de territorialidade reconhece uma língua a partir de um território, onde a língua é nacional ou oficial. Já o princípio de personalidade reconhece o direito individual que cada falante possui para usar o idioma de sua preferência — mas, ainda sim, dentro das limitações impostas pelo Estado. Apesar de o autor ter explanado o processo de oficialização das línguas no seio do Estado, a história das políticas linguísticas dentro das OIs parece nos mostrar que esses dois princípios também estiveram presentes na jornada das organizações.

A Declaração dos Direitos Humanos, emitida pela ONU em 1948, e a ascensão das Organizações Não Governamentais (ONGs) no cenário internacional provocaram uma mudança de paradigma em relação ao tratamento das línguas utilizadas pelas OIs. Se antes o direcionamento sobre o caráter oficial das línguas de uma determinada organização era voltado para a noção de territorialidade, pautada na força que certos países tinham no cenário internacional (vide o caso do uso do francês enquanto a França era potência hegemônica, e do uso do inglês pela força de países como a Inglaterra e os EUA), o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe a noção e a importância dos direitos individuais para a manifestação das línguas (VARENNES, 2012). Dessa forma, as restrições impostas pelas línguas de maior peso dentro das OIs para o exercício da cidadania dos indivíduos foram questionadas. Afinal, nem sempre uma pessoa afetada pelas decisões de uma OI ou ONG, ou que necessite de um serviço específico fornecido por elas, é capaz de se comunicar na(s) língua(s) oficial(is) da organização.

Assim, o surgimento de outros atores no cenário internacional, como as empresas do terceiro setor, propiciou o aparecimento do princípio de personalidade nas línguas, ou seja, a noção de que cada indivíduo possui direitos linguísticos e o direito de exercê-los (VARENNES, 2012). A partir dessas reivindicações, várias organizações se direcionaram para o multilinguismo, mesmo que em pequena escala ou restrito às formalidades, na tentativa de dar conta da diversidade linguística dos respectivos países que fazem parte e são afetados pelas OIs.

Neste trabalho, diferenciamos “multilinguismo” de “plurilinguismo” (HAMEL, 2003): o primeiro conceito preconiza a diversidade de línguas como um problema. Dentro dessa perspectiva, uma OI reconhece superficialmente a diversidade linguística, mas não elabora muitos esforços *in vivo* ou *in vitro* para promover a presença das línguas. Já o segundo conceito remete ao incentivo e à garantia da multiplicidade linguística, sem vê-



la como uma ameaça. Dessa forma, a OI faz esforços significativos para reconhecer e garantir a representação das diferentes línguas.

Iremos observar na próxima sessão como a ONU, ao passar dos anos, alargou o rol das línguas oficiais e de trabalho. Em tese, os escritórios e as agências da ONU que seguem essa oficialidade geral — pois algumas possuem apenas duas línguas oficiais, como a Corte Internacional de Justiça (CIJ) — permitem que seus participantes se manifestem e tenham acesso a traduções e intérpretes nas suas seis línguas oficiais.

Além disso, a UE, com as suas 24 línguas oficiais e o compromisso, inclusive legal, com o multilinguismo, demonstra os dois princípios em ação. A UE reconhece, no momento de adesão, as línguas oficiais ou nacionais de um país (princípio de territorialidade), e garante o direito dos indivíduos em utilizar qualquer uma das línguas oficiais nos espaços da UE (princípio de personalidade).

## **1.2 Uma breve história das línguas no cenário internacional e nas OIs**

Até o início do século XX, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o francês era a principal língua no campo internacional, sobretudo nas práticas diplomáticas. Tal status não foi por acaso: o surgimento das OIs, no século XIX, aconteceu no seio da Europa, que à época apresentava a França enquanto potência hegemônica. A assinatura da Paz de Vestfália, em 1648, beneficiou — não unicamente, mas sobretudo — o país francês, que pôde se lançar enquanto potência hegemônica. É compreensível, então, que o francês, língua propagada como a “natural da Razão” (HAMMEL, 2005 apud ARCHARD, 1988) e representante da forte nação francesa, tenha sido priorizado dentro das recentes OIs. Por mais que o francês hoje não tenha o mesmo espaço internacional se comparado aos séculos XVII e XVIII, ainda assim é língua de peso nas instituições diplomáticas, além de bastante propagada por políticas linguísticas baseadas na ideia de francofonia (CALVET, 2007).

Houve fortes razões para que o francês, já ao final do século XVIII, perdesse gradativamente seu espaço no cenário internacional. A histórica rival francesa, o Império Britânico, também buscava a hegemonia continental e, na metade do século XIX, sobretudo após a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas e certas condições econômicas favoráveis, desbancou de vez o Império Francês e se consagrou potência.

Consequentemente, o inglês começa a tomar proporções maiores no cenário internacional e eventualmente se configura a língua símbolo do imperialismo.

Os movimentos de dispersão do inglês, segundo Hamel (2005), aconteceram em três momentos: a) na colonização das Ilhas Britânicas; b) na colonização da América do Norte, da Nova Zelândia e da Austrália; c) e, por fim, na colonização de alguns países da África e da Ásia. Nos dois primeiros casos, o inglês se tornou língua nacional das colônias. No último, o inglês não foi disseminado massivamente, sobretudo pela decisão da metrópole inglesa em não incentivar a educação exclusiva nessa língua nas colônias. Dessa forma, mesmo o inglês sendo língua oficial e de maior prestígio, dividiu espaço com outras línguas (p. 18). Mas como o inglês se consagrou enquanto língua hegemônica, não somente das relações internacionais, mas da globalização?

Hamel (2005) discute que o processo é complexo e envolve fatores “econômicos, políticos e culturais”<sup>1</sup> (p. 23). O exponencial crescimento dos Estados Unidos da América (EUA) ao longo do século XX e a eventual conquista do título de potência hegemônica, no lugar de sua antiga metrópole, parece nos dar algumas pistas. Por volta de 1900, o francês ainda era a principal língua internacional, tanto no campo diplomático quanto no cultural (HAMEL, 2005, p. 20). Mas, em 1918, o surgimento da Primeira Guerra Mundial devasta a Europa e abre alas para os EUA, que já demonstravam sinais da sua força econômica e militar. É nesse contexto que mais tarde, no período entreguerras e logo após a Segunda Guerra Mundial, o inglês toma, de uma vez por todas, o lugar de língua de maior prestígio internacional. A Guerra Fria e a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) reforçaram a presença do inglês enquanto língua principal da diplomacia, das atividades das OIs e das relações internacionais. Assim, o inglês, já no despontar do século XX, trilha seu caminho para mais tarde se tornar língua hipercêntrica — na terminologia de De Swaan (1993).

Além do francês e do inglês, é notável a participação do espanhol no cenário internacional. Falada atualmente por 580 milhões de pessoas (ANUÁRIO DO INSTITUTO CERVANTES, 2019), a dispersão em peso dessa língua pelo mundo inicia no século XVIII, quando o Império Espanhol perde suas forças, após a instalação das colônias na América do Sul. No século XIX, se torna a principal língua dos países hispano-americanos recém-independentes (HAMEL, 2005, p. 15). Ainda que as elites das ex-colônias mantivessem o francês enquanto um norte cultural, pautado na Europa, o

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: “In sum, the leap of English from being one colonial language among others, to become the hegemonic world language implies a number of complex processes”.

espanhol teve um caráter decisivo para a ideia de nação dos países recém-libertos e passou a ser visto enquanto língua nacional desses territórios. Apesar de a antiga metrópole, em fins do século XVIII, estar em declínio econômico, os países da América do Sul foram responsáveis por manter o espanhol em peso no mundo, seja pelo número de falantes, seja pela presença atualmente em várias OIs, como no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Segundo Hamel (2005, p. 21), o espanhol está “crescendo cada vez mais enquanto língua estrangeira em diversos continentes”<sup>2</sup>.

No contexto internacional, o francês perdeu seu posto hegemônico ao longo dos séculos, mas ainda sim está em peso nas mais importantes OIs do mundo — como na União Internacional de Telecomunicações (UIT), onde é a principal língua. O espanhol também ocupa seu lugar na esfera internacional, sendo uma das línguas oficiais da ONU e da UE. Mesmo que possamos observar uma tendência à prevalência hegemônica do inglês, tanto o francês quanto o espanhol ainda exercem papéis fundamentais nas esferas internacionais.

### **1.2.1 A ONU e suas línguas**

O fim da Segunda Guerra Mundial propulsionou a criação das ONGs da forma como conhecemos atualmente, além de importantes OIs, como a ONU — que surgiu em 1945, com o objetivo principal de promover a paz mundial. Principalmente por sua presença e colaboração em vários países, a ONU pode ser considerada a maior organização internacional dentre todas. É inevitável que várias línguas estejam presentes e que haja uma diversificação em seus papéis dentro da organização. Nesse contexto, é possível observar como a ONU formula suas políticas linguísticas em face de tantas línguas.

Segundo Varennes (2012, p. 152), para a avaliação das políticas linguísticas dentro das organizações supranacionais é necessário considerar três níveis de análise:

- a) Línguas para deliberações das próprias organizações supranacionais;
- b) Línguas de trabalho dentro das estruturas internas das organizações supranacionais (uso diário, interno e formal);

---

<sup>2</sup> Tradução nossa: “[...] whereas Spanish is entering a period of expansion of its third circle given its increasing spread as a foreign language in several continents”.

- c) Línguas usadas nas comunicações e intercâmbios com outras organizações e com o público.

A Carta da ONU, texto fundacional aprovado em 1945, estabelece, em seu artigo (art.) 111, que seus textos “em chinês, francês, russo, inglês, e espanhol são igualmente autênticos”. Assim, ao menos para a Assembleia Geral, essas cinco línguas recebem um status igualitário dentro da instituição. Posteriormente, em 1982, o árabe é acrescentado a esse rol e a ONU passa a contabilizar seis línguas oficiais. Contudo, em matéria de línguas oficiais de trabalho, por três anos somente o inglês e o francês pertenceram a essa categoria. É em 1948 que o espanhol passa também a ser considerado língua de uso interno<sup>3</sup>, seguido pelo russo<sup>4</sup>, em 1968, e, por fim, pelo chinês e árabe<sup>5</sup> — ambos em 1973.

Varenes (2012) afirma que em muitas OIs prevalece a lógica de várias línguas no âmbito oficial, mas na esfera prática predominam as línguas mais usadas na região onde o escritório está localizado. Mesmo que as OIs reconheçam a importância do plurilinguismo, muitas línguas parecem se restringir aos meros procedimentos formais, havendo uma espécie de abordagem de colcha de retalhos<sup>6</sup> (p. 153). Segundo o autor, a prática das grandes organizações, e especificamente da ONU, demonstra a tendência de que uma língua prevaleça nas atividades internas — e provavelmente será o inglês.

Em seu artigo sobre a política linguística dentro das supranacionais, Varenes (2012) traz o exemplo da imposição do inglês como língua única (*english-only policy*) do Banco Mundial (BM) ao ser requisitado por habitantes do Iêmen a prover traduções de seus documentos oficiais para o árabe, uma vez que as decisões e as ações decorrentes desses próprios relatórios recairiam diretamente no povo iemenita. A recusa do BM a tal solicitação é sintomática de um direcionamento monolíngue e excludente de uma das principais instituições da ONU — uma supranacional fundada justamente no princípio de cooperação e de orientação oficialmente plurilíngue. Exigir que uma população

<sup>3</sup> UN General Assembly Resolution 262 (III), 11 December 1948, *Amendments to the Rules of Procedure of the General Assembly*.

<sup>4</sup> UN General Assembly Resolution 2479 (XXIII), *Inclusion of Russian among the Working Languages of the General Assembly*, 21 December 1968.

<sup>5</sup> UN General Assembly Resolution 3189 (XXVIII), *Inclusion of Chinese among the Working Languages of the General Assembly and the Security Council*, 18 December 1973; UN General Assembly Resolution 3190 (XXVIII), *Inclusion of Arabic among the Official and the Working Languages of the General Assembly and its Main Committees*, 18 December 1973.

<sup>6</sup> Tradução nossa: “patchwork approach”.

majoritariamente alheia ao inglês entenda documentos que versem sobre seus indivíduos, sem prover as ferramentas necessárias para tal, é um claro desrespeito aos direitos linguísticos.

Essa situação demonstra que, por mais que a oficialidade tente assegurar, por meio de instrumentos formais, que determinadas línguas sejam plenamente utilizadas dentro dos espaços das organizações, contando com tradutores, intérpretes e documentos traduzidos nas línguas oficiais, a prática diária mostra outra realidade. É comum observar assimetrias significativas nas representações e nos usos que cada língua, seja oficial ou não, recebe dentro das OIs.

### **1.2.2 A UE e suas línguas**

Outra OI de peso é a União Europeia. Criado em 1992, o bloco econômico é hoje o mais avançado exemplo de integração política, social e econômica, contando com 27 países-membros. Em relação às línguas, a UE conta com 24 em status de oficialidade e cinco consideradas de trabalho: inglês, francês, espanhol, italiano e alemão (AMMON, 2012, p. 576).

Sendo uma OI pautada no princípio do multilinguismo, suas políticas linguísticas refletem a decisão de abarcar as línguas nacionais dos países participantes. A Carta dos Direitos Fundamentais, de 2000, estabelece no art. 41 que as pessoas cidadãs “têm o direito de usar qualquer uma das 24 línguas oficiais para contactar as instituições da UE e estas são obrigadas a responder-lhe na mesma língua”. Contudo, segundo Ammon (2012), as línguas utilizadas nos principais órgãos e procedimentos diários da UE se restringem às cinco línguas de trabalho, com destaque para o inglês, que “continuadamente ganha espaço em relação ao francês, ao alemão e também ao italiano, apesar de menos em relação ao espanhol” (p. 590)<sup>7</sup>.

Embora a UE tente dar conta de tantas línguas, a realidade mostra que o peso orçamentário, apenas para citar um exemplo, de contratação e manutenção de tradutores e intérpretes se tornou um problema. A nota de informação nº 9 de 2006, emitida pelo Tribunal de Contas Europeu, afirmou que a procura desigual por traduções propiciou a redução do “número de documentos traduzidos para todas as línguas” e dificultou a

---

<sup>7</sup> Tradução nossa: English has continuously gained ground against French, German and also Italian, though less against Spanish [...]”.

“previsão do volume de trabalho (planejamento)” para o melhor aproveitamento dos serviços de tradução. Tal relatório indica como mesmo contanto com 24 línguas oficiais, algumas delas não são utilizadas intensamente no dia a dia da instituição — e com um orçamento de 700 milhões de euros anuais para os serviços de tradução (SAM, 2002), a UE parece priorizar as línguas de maior peso.

### 1.2.3 As línguas em outras OIs

A língua, enquanto fenômeno vivo e sujeita aos impactos de outras variáveis, como da ideologia, da política, dos preconceitos e das ideias de Estado-nação, não se restringe somente às modificações *in vitro*, ou seja, alterações feitas por meio de leis, decretos e outras ferramentas regulamentadoras promovidas pelo Estado (CALVET, 2007). A língua sofre continuamente os efeitos da história, da localização geográfica, das normas e trocas sociais e dos indivíduos, passando a assumir funções específicas a depender de cada contexto. Além disso, os próprios indivíduos, justificados por gramáticas normativas, práticas institucionais e ideologias, concedem prestígios específicos para as línguas, a partir de vieses de classes sociais, nível educacional, etnicização, nacionalidade e gênero. Como a própria sociolinguística demonstra, há variáveis linguísticas (ou línguas, no nosso caso) consideradas “melhores” em detrimento de outras estigmatizadas por noções socialmente difundidas.

Observamos como certos contextos abriram caminho para que algumas línguas fossem priorizadas nas relações internacionais. O francês, o inglês e o espanhol não são línguas de peso nas atuações internacionais por acaso: são antes produtos de inúmeras decisões históricas, sociais e políticas.

Trouxemos, nas seções anteriores, o exemplo de duas grandes OIs que, indubitavelmente, afetam milhões de pessoas. Além delas, existem organizações que, apesar de serem menores em comparação a ONU e a UE, são igualmente relevantes do ponto de vista linguístico. É o caso do Mercosul.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> No campo do Direito, os conceitos de “supranacional”, “organização regional” e “organização internacional” são objetos de disputa. É comum na doutrina jurídica afirmar que a ONU é uma supranacional por estar acima dos Estados, enquanto que o Mercosul é uma zona de livre comércio, ao mesmo tempo que é uma união aduaneira e um mercado comum, e de caráter tipicamente intergovernamental. Ou seja, o Bloco não possui o status de organização supranacional *de facto*, mesmo que sua atuação ultrapasse os limites fronteiriços de cada país-membro.

Varennnes (2012) analisa que nas organizações regionais prevalece a lógica de que a língua dominante na região, em termos políticos e econômicos, é a eleita oficial ou de trabalho. E existindo mais de uma língua de trabalho, há a tendência em privilegiar uma em detrimento das outras. Uma exceção, para o autor, é o Mercosul, uma vez que o português e o espanhol — duas das três línguas oficiais do Bloco — possuem uma relação de “paridade formal” (p. 160). O conceito de “paridade formal” pode ser interpretado como a presença igualitária das línguas oficiais de uma OI no nível formal, sobretudo em seus documentos fundacionais.

Na prática, elucida o autor, o espanhol tende a ser mais usado, especialmente fora do Brasil. Por fim, em relação ao intercâmbio com outros países ou blocos, o inglês é priorizado nas atividades formais e se sobrepõe momentaneamente ao português e ao espanhol. Contudo, essa presença eventual do inglês não indica uma movimentação do Mercosul para favorecer completamente essa língua. Dissertaremos sobre essa questão no capítulo três, com base em Hamel (2003).

Como vimos, Varennnes (2012) propõe três níveis de análise das políticas linguísticas nas supranacionais, além de observar as tendências linguísticas das organizações regionais. A partir dessas ideias, analisaremos como o Mercosul se comporta em relação a esses dois tópicos a partir de documentos emitidos por alguns espaços do Bloco. Esses textos estão disponíveis nos sites oficiais do Bloco, que contam com seções específicas para documentos, como textos fundacionais e atas de reuniões e de comissões.

São esses documentos que serão priorizados para análise no presente trabalho. Apesar de os textos disponíveis possibilitarem pesquisas amplas, até mesmo no âmbito da análise do discurso, a presente análise optou por focar nos textos de fácil acesso online — até mesmo por conta das restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Além do mais, a discussão proposta por Williams (2012) quanto aos princípios de personalidade e territorialidade serão avaliados no contexto da análise documental do Mercosul.

Assim, no próximo capítulo, observamos como algumas línguas da América Latina (português, espanhol e guarani) são representadas dentro do maior bloco da região: o Mercosul.

## 2 O MERCOSUL E SUAS LÍNGUAS

*“Mi país es el continente de la América y he nacido bajo la línea del Ecuador”*

— *Manuela Sáenz Ecuador*

O Mercosul, fundado há mais de duas décadas pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, a partir do Tratado de Assunção de março de 1991, constitui hoje o maior bloco de integração regional da América Latina. Os quatro países signatários originais criaram o embrião do Bloco que, posteriormente, se tornaria a maior zona de livre comércio da América do Sul — consolidada pelo Protocolo de Ouro Preto, de dezembro de 1994. Além dos países-membros originais, o Mercosul aceitou a Venezuela como membro pleno em 2012, mas em 2016 decidiu pela suspensão do país por descumprimento do Protocolo de Adesão. A Bolívia, por sua parte, está atualmente em processo de adesão. O restante dos países sul-americanos está em status de Estados Associados.

O art. 1 do Protocolo de Ouro Preto, um dos textos fundacionais do Bloco, define que a estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:

- I - O Conselho do Mercado comum (CMC);
- II - O Grupo Mercado Comum (GMC);
- III - A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- IV - A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- V - O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- VI - A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Parágrafo único — Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração. (BRASIL, 1994)

Esses seis órgãos principais são acompanhados por outros órgãos auxiliares, como foros de consulta, grupos e subgrupos, institutos, comissões, programas e reuniões sobre temas específicos. O organograma do Mercosul, disponível na seção *Anexos*, ilustra as posições hierárquicas entre todos os setores pertencentes ao Bloco.

É indubitável a força do Bloco no campo econômico, tendo em vista a ocorrência da livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas, além de políticas monetárias,



cambiais e fiscais solidificadas por todo o mercado comum. Mas, para além dessa esfera, o Mercosul provocou e fortaleceu mudanças no campo político, cultural, individual e — nosso foco neste trabalho — linguístico. É possível observar os impactos na política interna, na educação, na cultura e na vida dos indivíduos a partir das decisões proferidas pelo Bloco. Por esse caráter abrangente das implementações proferidas pelos órgãos do Mercosul, e seus consequentes impactos na comunidade do Cone Sul, os espaços que as línguas da América Latina ocupam ou não dentro do Bloco ficam evidentes, além do direcionamento linguístico do Mercosul.

## **2.1 O princípio de territorialidade e personalidade no Mercosul**

A língua, sendo não somente um instrumento comunicativo, mas também um meio essencial para a expressão da identidade, da cultura, de valores e da vivência dos indivíduos, é aquela que efetivará os propósitos do Bloco. Afinal, é por meio das línguas que as reuniões serão feitas, que os documentos serão escritos e traduzidos, que as comunicações interna, diária ou externa se efetivarão e as ações tomarão forma — sendo eventualmente implementadas. Considerando que a América Latina é lugar de milhares de línguas, herdadas da colonização ou já presentes pelos povos originários, como o Mercosul abrange essa diversidade linguística?

O Mercosul conta, atualmente, com três línguas em status de oficialidade: português, espanhol e guarani. Contudo, o processo de oficialização não foi simultâneo para todas elas, uma vez que o português e o espanhol foram considerados idiomas oficiais em 1994, e o guarani mais de dez anos depois, em 2006.

O art. 46 do Protocolo de Ouro Preto de 1994, que oficializa o português e o espanhol dentro do Mercosul, estabelece que “a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião”. Assim, o mesmo artigo que oficializa as duas línguas e assegura que ambas sejam tratadas em “paridade formal”, como afirma Varennes (2012), ressalta que os documentos produzidos no Uruguai, por exemplo, sejam redigidos em espanhol.

A aplicação desse artigo é facilmente perceptível ao navegar pelos sites oficiais dos principais órgãos do Bloco. Ao acessarmos a página sobre documentos oficiais das sessões do Parlamento do Mercosul (PARLASUL), deparamo-nos com uma maioria de

documentos escritos em espanhol, uma vez que foram elaborados em países hispanofalantes — sobretudo no Uruguai, sede do Bloco e do Parlamento.

Por sua vez, o guarani teve sua oficialidade garantida pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 35 de 15 de dezembro de 2006. Falado em vários países da América do Sul, dentro os quais alguns pertencentes ao Bloco (Paraguai, Argentina e Brasil), o guarani conta com aproximadamente 15 milhões de falantes (ZARRATEA, 2008), sendo 85% deles somente no Paraguai. Sendo língua oficial desse país, o guarani foi incorporado também pelo Bloco, recebendo o status de língua oficial. Porém, o art. 2 da CMC em questão afirma que “os idiomas de trabalho no Mercosul serão os idiomas oficiais estabelecidos no artigo 46 do Protocolo de Ouro Preto” — isto é, o português e o espanhol. Dessa forma, a presença do guarani em ambientes de trabalho, especialmente na esfera diária, não é garantida por lei, mesmo sendo uma língua expressiva na América Latina.

Apesar de estritamente necessários, os procedimentos formais para o uso e representação das línguas não são suficientes — vide o caso do guarani. É necessário ir além dos meros procedimentos legais: a manifestação das línguas *de facto* toma, quase sempre, proporções variadas dentro das OIs.

Assim como a ONU e a UE, o Mercosul também pauta suas políticas linguísticas nos princípios de territorialidade e personalidade. Podemos observar o princípio de territorialidade manifesto no art. 46 de um dos principais documentos do Mercosul: o Protocolo de Assunção. Ao definir que os ofícios serão redigidos na língua dos país-sede, a territorialidade se torna a fundamentação para o exercício e o espaço tomado pela língua. Em relação ao segundo princípio, alguns órgãos do Mercosul, como o PARLASUL, permitem que os indivíduos se manifestem em qualquer uma das três línguas oficiais. Nessa perspectiva, o Bloco reconhece o direito individual do(a) falante para o uso da língua — mesmo que limitado a três, em um território plural em matéria linguística.

Mas esses princípios são garantidos e viabilizados? Um(a) falante monolíngue de guarani, por exemplo, poderá acessar ofícios gerados no Mercosul para se inteirar de decisões concernentes à sua realidade? Os direitos linguísticos dessa pessoa serão respeitados pelas instituições do Bloco? Apesar de ser um tema relevante e profícuo, neste presente trabalho o foco recaí sobre os documentos emitidos pelo Bloco. É possível analisar se esses direitos estão sendo respeitados dentro da esfera documental, apesar de

ser limitado. Fica o convite para uma pesquisa mais abrangente quanto à promoção dos direitos linguísticos pelo Bloco.

As próximas seções pretendem demonstrar, por meio de análises quantitativas e documentais, a expressividade do português, do espanhol e do guarani dentro do Bloco. Se, em tese, as leis e os decretos autorizam e legitimam o uso dessas três línguas, a realidade pode ser diferente. É o que discutiremos adiante.

Vimos que são três as línguas oficiais. Mas seus usos plenos se restringem meramente à realidade formal ou também estão presentes nos mais diversos espaços criados e promovidos pelo Mercosul? Por espaço compreende-se:

- a) Os documentos fundacionais;
- b) As instâncias e performances internas, como órgãos, institutos, foros de consulta, comissões, grupos (inclusive *ad hoc*) e subgrupos, fóruns e reuniões;
- c) A vivência dos indivíduos, pela observação das práticas linguísticas nos processos de acordo sobre documentos de viagem, de residência e de seguridade social, além da integração educacional, como o Setor Educacional do Mercosul (SEM), o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul (ARCU-SUL) e o Sistema Integrado de Mobilidade (SIMERCOSUL).

Conforme trabalhado na seção 1.2.1, Varennes (2012) estabelece três níveis de análise para as políticas linguísticas dentro das OIs. Por mais que todas essas esferas sejam de suma importância para a constituição das organizações, internacionais ou regionais, este trabalho focará no primeiro nível, referente à análise das línguas usadas nas deliberações próprias. Isto possibilitará a análise de documentos emitidos pelos diferentes espaços do Bloco, obtidos principalmente através dos sites oficiais na Internet, de dados oficiais elaborados pelos países-membros, além de leis e decretos que se relacionem ao Mercosul. Dessa forma, observaremos como o Bloco representa (ou não) as línguas da América Latina, em especial o português, o espanhol e o guarani, em quatro esferas: nos documentos fundacionais, no Conselho do Mercado Comum (CMC), no Parlamento do Mercosul (PARLASUL), e, por fim, na Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH).

A análise se restringirá aos documentos emitidos pelo Bloco, como atas de reuniões e assembleias, decisões, decretos, livros e páginas online — todos disponíveis na Internet. Para cada uma das quatro esferas, contabilizaremos o número de documentos totais fornecidos nas plataformas e registraremos quantos estão em português, espanhol e guarani. Um gráfico será disponibilizado para cada âmbito observado, indicando a porcentagem das línguas presentes.

Apesar de contar com quase 90 esferas de atuação, escolhemos trabalhar com o CMC por ser o principal órgão dentro do Mercosul, aquele que subordina ou coordena todos os outros; com o PARLASUL por ser o órgão responsável pelas decisões judiciais e parlamentares do Bloco, afetando diretamente os outros espaços; e a RAADH por se tratar da esfera responsável pela aplicação dos direitos humanos no Mercosul, contando com comissões para crianças, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, entre outros. Além disso, abordaremos como as línguas se manifestam nos documentos fundacionais (*core documents*), ou seja, os documentos que pautam e legitimam o bloco.

## **2.2 As línguas usadas nos documentos essenciais e nos espaços do Mercosul**

Antes de adentrarmos nas esferas institucionais *per se*, faz-se necessário observar as línguas usadas nos documentos fundacionais (*core documents*) do Mercosul, uma vez que são esses tratados e protocolos que norteiam e pautam as ações do Bloco como um todo.

### **2.2.1 Os documentos fundacionais (*core documents*)**

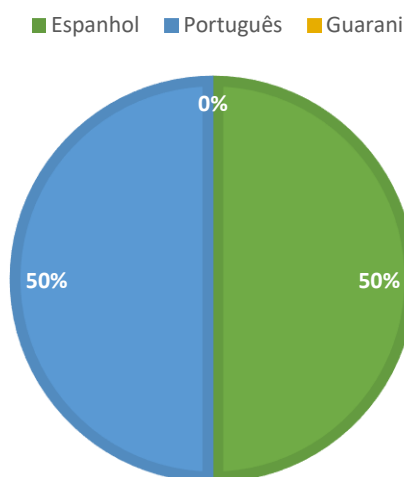
Os documentos fundacionais, ou chamados *core documents*, do Mercosul são seis:

- a) Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum — Tratado de Asunción para la Constitución de un Mercado Común;
- b) Protocolo de Ouro Preto (Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL) — Protocolo de Ouro Preto (Adicional al Tratado de Asunción sobre la Estructura Institucional del MERCOSUR);

- c) Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile — Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile;
- d) Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL — Protocolo de Olivos para la Solución de Controversias en el MERCOSUR;
- e) Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL — Protocolo de Asunción sobre Compromiso con la Promoción y Protección de los Derechos Humanos en el MERCOSUR;
- f) Protocolo Constitutivo do Parlamento MERCOSUL — Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUR.

Todos esses documentos estão disponíveis no site oficial do Mercosul<sup>9</sup>, com versões em português e espanhol e assinados pelos representantes dos quatro Estados Partes. O GRÁFICO I mostra a porcentagem das línguas presentes nos *core documents*:

**GRÁFICO I — LÍNGUAS PRESENTES NOS DOCUMENTOS FUNDACIONAIS**



Fonte: elaborado pela autora (2021)

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/> (versão em português) e em <https://www.mercosur.int/documentos-y-normativa/textos-fundacionales/> (versão em espanhol).

Em relação aos artigos sobre as línguas oficiais, o Tratado de Assunção (item a), assinado em 26 de março de 1991, estabelece em seu art. 17 que “os idiomas oficiais serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião” — o mesmo disposto pelo art. 46 do Protocolo de Ouro Preto (item b). Já o Protocolo de Olivos (item d), assinado em 18 de fevereiro de 2002, afirma, em seu art. 58, que “serão idiomas oficiais em todos os procedimentos previstos no presente Protocolo o português e o espanhol”. Dos seis documentos fundacionais do Mercosul, apenas os três exemplificados acima contêm um parágrafo que versa sobre as línguas no contexto do Bloco. Apesar de os dois primeiros textos definirem que os documentos de trabalho deverão ser redigidos nas línguas oficiais dos países-sede, todos eles, por serem sustentáculos de todo o Bloco, são disponibilizados em português e espanhol.

A incorporação do guarani como idioma oficial do Mercosul, em 2006, não gerou nenhum movimento em direção à disponibilização dos documentos fundacionais nessa língua, provavelmente pelo fato de que todos esses protocolos e tratados foram redigidos e assinados antes da oficialização do guarani (de 1991 à 2005). Além disso, o site oficial do Mercosul<sup>10</sup>, onde é possível encontrar os *core documents* e outras informações relevantes, não disponibiliza uma versão em guarani. É possível encontrar a resolução que determina a oficialidade da língua guarani, mas não há traduções disponíveis nesse idioma, seja nesse próprio documento, seja em outras partes do site.

Ainda em relação ao site, existe a possibilidade de acessá-lo em três línguas: português, espanhol e inglês. Nesse último idioma, nem todas as funcionalidades e textos sobre o Bloco estão disponíveis. Na versão em inglês<sup>11</sup>, somente as informações mais gerais e básicas estão disponíveis, como as estatísticas, a história e os países-membros do Bloco. É também disponibilizado um *link* para documentos e regulações proferidos pelo Mercosul. Contudo, ao buscarmos por mais detalhes, nos deparamos com todas as páginas em português e/ou espanhol.

Sabemos que o inglês é a língua predominante no cenário internacional. Dessa forma, é de se esperar que os sites das maiores OIs do mundo disponibilizem versões e informações, sejam as básicas ou não, nessa língua. O site oficial do Mercosul, ao contrário, não vai muito além da descrição de algumas seções do site, que estão mais completas nas versões em espanhol e português. Nessas duas línguas, o acesso às páginas

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/> (versão em português).

<sup>11</sup> Disponível em <https://www.mercosur.int/en/#>.

conta com traduções completas, tanto para o nome da seção, quanto para as informações disponíveis nelas. Por mais que a maioria dos documentos oficiais, por exemplo, estejam em espanhol (como será visto nas seções seguintes), as versões dos sites nas duas primeiras línguas oficiais do Bloco contam com uma acessibilidade maior. A versão em inglês é a que contém menos informações.

Esse é um dos indícios de como o Mercosul é, segundo Hamel (2003), uma barreira contra a hegemonia do inglês. Uma vez que o espanhol e o português são as principais línguas de uma OI localizada na América Latina, são elas que, em tese, terão abertura para serem as protagonistas. Esse tópico será desenvolvido no capítulo 3.

Os *core documents* do Mercosul podem ser encontrados em português e espanhol no site oficial do Mercosul, ainda que tenham sido redigidos em localidades onde essas línguas não são oficiais — como determina o art. 17 do Tratado de Assunção e o art. 46 do Protocolo de Ouro Preto. Ademais, não é possível encontrar uma tradução desses documentos fundacionais para o guarani, mesmo que hoje receba o status de língua oficial. Por mais que a oficialidade tenha se concretizado após a assinatura dos textos, a ausência de tradução posterior é uma barreira que impede o acesso de informações relevantes sobre o Mercosul para os(as) falantes monolíngues de guarani.

Uma vez abordados os documentos essenciais do Bloco, analisaremos como as línguas se manifestam em outros espaços do Mercosul.

### **2.2.2 O Conselho do Mercado Comum (CMC)**

O Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão máximo do Mercosul, foi criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, e logo estruturado pelo Protocolo de Ouro Preto, em 1994. Formado pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia dos Estados-membros, o CMC é o responsável por constituir o mercado comum dentro do Mercosul, através de políticas de integração e de decisões que visem o cumprimento dos objetivos estabelecidos nos documentos fundacionais. O CMC é um dos três órgãos decisórios do Bloco, junto ao Grupo de Mercado Comum (GMC) e à Comissão de Comércio do Mercosul (CCM). É a única instância que possui autorização para criar outros órgãos.

A importância do CMC dentro do maior Bloco da América Latina deve ser levada em consideração ao analisarmos os documentos gerados por ele. Apesar de ser o órgão supremo, não conta com um site oficial próprio. A principal fonte de informações sobre

esse órgão pode ser encontrada no site oficial do Mercosul, abordado na seção anterior. Ao acessarmos a página web do Mercosul, deparamo-nos com oito abas que trazem mais informações sobre o Bloco. Na primeira delas, chamada “Quem Somos”, é possível acessar a página intitulada “Organograma”<sup>12</sup>, onde está documentada a estrutura do Mercosul. Para explicar o CMC, a mesma página fornece três parágrafos e, ao final, dois links: um para as “Atas do Conselho do Mercado Comum” e outro para as “Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul”.

Ao clicarmos no primeiro, a página acusa uma falha de servidor. Portanto, não é possível acessar as informações relativas às atas do CMC. Em relação ao segundo, encontramos mais informações sobre o que são as Diretrizes e como, por meio delas, o CMC se manifesta. Além disso, a página<sup>13</sup> mostra que existe uma seção chamada “Ver Diretrizes Por Ano” e que, para acessar uma delas, é necessário “clicar no ano da norma que você deseja encontrar”. A tela se desdobra mostrando “todas as Diretrizes aprovadas no decorrer desse ano”. Contudo, ao clicarmos nos anos disponíveis, de 1994 a 2018, nenhuma informação é apresentada. A versão do site em espanhol manifesta o mesmo problema. Da mesma forma que não é possível encontrar os documentos relativos às atas emitidas nas reuniões do CMC, não é possível observar as Diretrizes que pautarão as decisões do mesmo órgão.

Conforme citado, a página inicial do site oficial disponibiliza oito seções. A antepenúltima é denominada “Documentos”, onde pode-se encontrar desde os “Textos fundacionais” e as “Normativas”, até as “Atas e Anexos”. São nesses últimos que nos atentaremos.

Uma vez escolhido o CMC dentro da lista de órgãos disponíveis, na página referente às “listas de reuniões e documentos oficiais dos Mercosul é possível encontrar 70 registros de documentos redigidos entre 1991 e 2020”.<sup>14</sup> Desse total, dois documentos foram resultados de videoconferências, devido à situação da pandemia de COVID-19. Por meio da análise de cada ata emitida, foi possível constatar que 52 delas estão em espanhol e 18, em português. Nenhuma está em guarani. Esses dados estão expressos no GRÁFICO II:

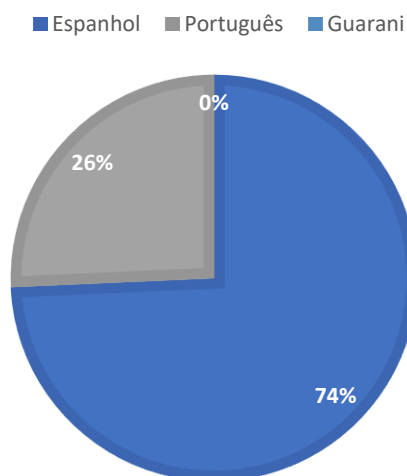
<sup>12</sup> Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercotel/> (versão em português).

<sup>13</sup> Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/diretrizes/> (versão em português).

<sup>14</sup> Disponível em <https://documentos.mercosur.int/> (versão em português).



## GRÁFICO II — Línguas Presentes nas Atas do CMC



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Por mais que uma OI determine quais são as línguas oficiais, nem sempre elas estarão presentes no dia a dia da intuição. O próprio art. 46 do Protocolo de Ouro Preto, conforme visto, afirma que o país-sede da reunião determina a língua a ser usada nos documentos gerados. É possível observar esse artigo em prática ao notarmos que as atas das reuniões realizadas no Brasil estão em português e as performadas na Argentina, no Uruguai e Paraguai, em espanhol. A exceção é a Ata número 01/10, fruto da VIII Reunião Extraordinária realizada no Uruguai, em 18 de outubro de 2010, e que está em português<sup>15</sup>. No documento não há indícios da razão pela qual ocorre essa ressalva.

A presença do espanhol predomina em relação ao português e, sobretudo, ao guarani. O próprio fato da maioria (três de quatro) dos Estados-membros serem hispanofalantes propulsiona a forte presença do espanhol. Porém, se os marcos legais afirmam que há três línguas oficiais para o Bloco, por que somente uma se destaca na maioria das vezes? Os documentos oficiais não deveriam estar disponíveis em três versões? No CMC, ao menos por meio das atas, conseguimos perceber que uma se expressa com maior força em detrimento das outras.

E em outros espaços do Mercosul, como o PARLASUL e a RAADH?

<sup>15</sup> Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/33354\\_CMC\\_2010\\_ACTA01-Ex\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/33354_CMC_2010_ACTA01-Ex_PT.pdf).

### 2.2.3 O Parlamento do Mercosul (PARLASUL)

Criado em 2005, com sede no Uruguai, o PARLASUL promove a representação cidadã e fortalece o âmbito parlamentar e jurídico do Bloco. O Parlamento é composto por 18 parlamentares de todos os países-membros, eleitos(as) segundo critério demográfico. O PARLASUL é responsável por elaborar projetos e anteprojetos de normas, emitir pareceres, declarações, recomendações, relatórios de estudo e disposições, além de solicitar opiniões consultivas.

Em relação aos idiomas oficiais do órgão, a página “Idiomas” do site oficial<sup>16</sup> do PARLASUL afirma que:

No Parlamento do MERCOSUL, **todos os idiomas possuem importância: todos os documentos são publicados em todas as línguas oficiais do MERCOSUL** e cada Parlamentar tem direito a exprimir-se na língua oficial da sua preferência. Garante-se, assim, a transparência e o acesso de todos os cidadãos aos seus trabalhos e documentos.

São idiomas oficiais do Parlamento: Espanhol, Português e Guarani. (SITE DO PARLAMENTO MERCOSUL, SEÇÃO *LÍNGUAS OFICIAIS*. Grifo nosso)

Apesar do Protocolo Constitutivo do Parlamento Mercosul, firmado em 9 de dezembro de 2005, não destinar nenhum artigo para o tratamento das línguas oficiais, a referida página ressalta que, formalmente, os documentos emitidos por esse órgão serão disponibilizados em três línguas e que seus membros poderão fazer uso igual delas.

Em 7 de março de 2014, o PARLASUL assinou um convênio de cooperação com a Secretaria de Políticas Linguísticas para considerar o guarani língua de trabalho do órgão. Essa iniciativa visa garantir a seleção e a disponibilização de tradutores desses idiomas para a sede do Parlamento. No próprio site do órgão é possível achar o convênio datado e assinado em espanhol e guarani.<sup>17</sup> Até esse momento, essa parceria marca um novo direcionamento linguístico em um dos espaços do Bloco, sobretudo na esfera prática.

Contudo, uma vez que não é o foco do presente trabalho, não nos debruçaremos no exame de como o Parlamento assegura e efetiva, na prática, a presença do espanhol,

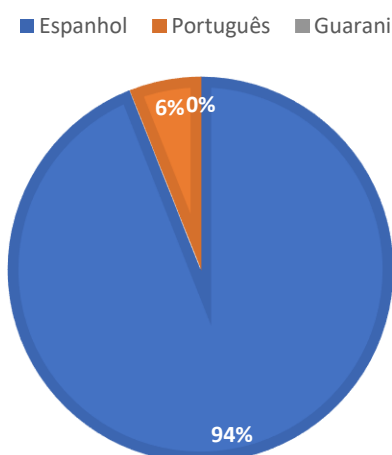
<sup>16</sup> Disponível em <https://www.parlamentomercosur.org> (versão em português) e em <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/13017/2/parlasur/parlasul---pagina-principal.html> (versão em espanhol).

<sup>17</sup> Disponível em <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/8222/2/parlasur/lingua-guarani-se-torna-idioma-oficial-de-trabalho-do-parlamento-do-mercopol.html> (versão em português).

do português e do guarani nas reuniões — como a presença e o trabalho de intérpretes.<sup>18</sup> Por outro lado, nos atentaremos na presença das línguas na parte documental (documentos oficiais e atas das sessões), sobretudo a partir das informações disponíveis no site oficial.

Apesar do tom de garantia de que os documentos oficiais serão publicados nas três línguas, a análise feita pela autora, composta por 152 atas de reuniões ordinárias e de sessões<sup>19</sup>, produzidas entre 2007 e 2021, demonstrou que 143 delas estão em espanhol, nove em português e nenhuma em guarani. Todas as sessões e reuniões do PARLASUL contam com a participação de representantes de todos os Estados-membros (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e muitas delas são abertas ao público. Contudo, a documentação não faz jus à diversidade linguística do Bloco, visto que apenas 6% dos textos estão em português e nenhum está disponível em guarani (GRÁFICO III).

**GRÁFICO III — Línguas Presentes nas Atas do PARLASUL**



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Todas as reuniões do PARLASUL são realizadas no Uruguai. Mas por que o baixo número de documentos em português? Das nove atas nessa língua, cinco resultaram de

<sup>18</sup> Seria possível, por exemplo, elaborar um trabalho que estudasse como o PARLASUL pratica seu art. 17, que determina que “todas as reuniões do Parlamento e de suas Comissões serão públicas, salvo aquelas que sejam declaradas de caráter reservado”, e constatando se é possível que falantes de português, espanhol e monolíngues de guarani compreendam e participem das reuniões públicas.

<sup>19</sup> Disponíveis em:

[https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/innovafront/documentos\\_oficiales.jsp?titulo=&anio=0&tipo=0&cmdaction=search&channel=parlasur&site=2&contentid=7445](https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/innovafront/documentos_oficiales.jsp?titulo=&anio=0&tipo=0&cmdaction=search&channel=parlasur&site=2&contentid=7445) (versão em português).

reuniões presididas por brasileiros; três relatam que a reunião deliberou sobre questões vitais para o Mercosul, como a análise da adesão da Venezuela e a proposta de nomeação dos candidatos às eleições internas; e uma documentou uma homenagem feita ao deputado brasileiro Júlio César Redécker, morto em um acidente aéreo. Alguém poderia argumentar que as versões em português dessas atas estão disponíveis por se tratarem de assuntos essenciais ao Bloco ou por trazerem figuras importantes do Brasil, seja por meio da presidência ou por homenagens póstumas. Contudo, não é uma explicação satisfatória, tendo em vista que outras atas também tratam de assuntos relevantes ao Mercosul, como políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, e não estão traduzidas para as outras duas línguas oficiais do Bloco.

Além disso, outras reuniões foram presididas por brasileiros(as) e suas atas não contam com traduções para o português. É o exemplo da Ata 25/08, da XIV Sessão Ordinária de 3 de novembro de 2008, presidida pelo deputado brasileiro Dr. Rosinha, mas registrada somente em espanhol.<sup>20</sup> As datas das atas também não explicam por que algumas estão em português. Elas foram registros de reuniões ocorridas em 2007, depois 2014, e de 2017 a 2019 — ou seja, há uma quebra de continuidade entre esses períodos. Assim, não há indícios que expliquem a razão dessas nove atas em português.

Os chamados documentos de referência, como a legislação do PARLASUL, o Protocolo Constitutivo, o Regulamento Interno do Parlamento, o Acordo Político do Mercosul e a Lista da Integração das Comissões Permanentes estão disponíveis em português e espanhol — porém não em guarani. As páginas do site oficial se encontram na mesma situação no aspecto da navegação. Contudo, os links para o acesso dos documentos oficiais, como aqueles proferidos após sessões especiais, ordinárias, extraordinárias e preparatórias estão majoritariamente em espanhol — como visto acima.

O PARLASUL, mesmo que não explicitado no art. 1 do Protocolo de Ouro Preto, pois sua criação se deu 11 anos depois, é um dos principais órgãos do Mercosul, não subordinado a nenhum outro e apenas coordenado pelo mais importante órgão do Bloco, o CMC. Apesar da sua importância institucional e dos seus princípios de igualdade, democracia e representatividade, as três línguas oficiais não ocupam o mesmo espaço dentro do Parlamento. O espanhol é a língua mais presente nas deliberações internas do órgão, fazendo jus, em parte, ao art. 46 do Protocolo de Ouro Preto, que afirma que os documentos serão redigidos nas línguas de onde as reuniões foram realizadas — pois o

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/7497/1/4.-acta-aprobada.pdf>.

Parlamento é localizado no Uruguai —, mas incoerente em relação às suas próprias palavras, quando afirma que todas os documentos serão publicados em português, espanhol e guarani, pois carregam a mesma importância.

#### **2.2.4 A Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH)**

A RAADH é um âmbito de coordenação intergovernamental sobre políticas públicas voltadas aos direitos humanos. É um dos 19 espaços para reuniões de ministros(as) e altas autoridades, subordinado apenas ao CMC. Criado em 16 de dezembro de 2004, a partir do Protocolo de Assunção Sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, o espaço se compromete a discutir e promover a proteção dos direitos humanos através dos meios institucionais do Bloco. É apoiado pelo Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH), instância vinculada à RAADH, que fornece apoio técnico e de assistência, visando o cumprimento e a garantia dos direitos humanos.

O site oficial da RAADH<sup>21</sup> marca uma diferença em relação aos outros analisados: conta, além do português e do espanhol, com uma versão em guarani (avañe'ẽ). Mas, ainda assim, as informações disponíveis são limitadas. É possível encontrar no site toda a seção denominada “Quem somos”, e suas subseções “O que é a RAADH”, “História” e “Funções”, em guarani. Porém, outras estão incompletas se comparadas às versões em português e espanhol, como a de “Comissões”.

A seção “Comissões” visa explicar sobre o funcionamento de comissões permanentes no espaço da RAADH. A partir de encontros semestrais, os(as) participantes do órgão discutem sobre temas e políticas públicas voltados para cada tema específico, sendo que, atualmente, há oito delas:

- a) Comissão Pessoas Idosas;
- b) Comissão Iniciativa Niñ@sur;
- c) Comissão LGBTI;
- d) Comissão Memória, Verdade e Justiça;
- e) Comissão Discriminação, Racismo e Xenofobia;
- f) Comissão Educação e Cultura em Direitos Humanos;
- g) Comissão Pessoas com Deficiência;

---

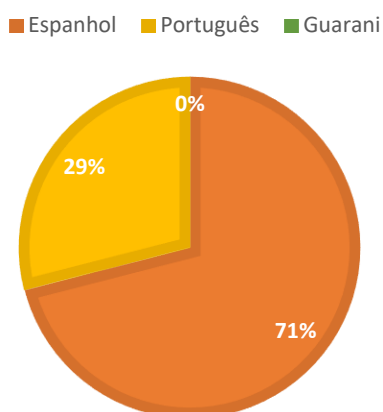
<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.raadh.mercosur.int/gn/> (versão em espanhol).

- h) Comissão Comunicação em Direitos Humanos;
- i) Comissão Gênero e Direitos Humanos para Mulheres.

Para cada comissão, há uma página explicando brevemente sua origem e suas atribuições. Além disso, é possível acessar atas e registros de participantes de reuniões, agendas, anexos e livros. Na versão do site em guarani, apenas sete das nove páginas de comissões estão traduzidas para essa língua. Contudo, mesmo que seja possível acessar as comissões em guarani, os documentos emitidos por elas foram redigidos, em sua maioria, em espanhol.

A partir da análise composta por 379 documentos provindos das oito comissões, entre eles atas de reunião, agendas, anexos e livros, constatou-se que 269 estão em espanhol, 110 em português e nenhum em guarani (GRÁFICO IV). A elaboração desses documentos parece seguir o art. 46 do Protocolo de Ouro Preto, uma vez que a localidade da reunião interferiu na língua escolhida. Assim, os textos resultantes das reuniões no Brasil foram escritos em português e as feitas na Argentina, no Paraguai e no Uruguai estão em espanhol. É importante ressaltar que a sede da RAADH está nesse último país.

**GRÁFICO IV — Línguas Presentes nos Documentos das Comissões Permanentes da RAADH**

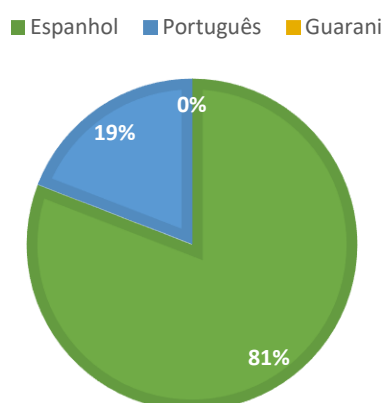


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Além disso, o site oficial da RAADH disponibiliza uma seção chamada “Documentos”, onde é possível encontrar normativas, agendas, atas de plenário e

declarações. É possível encontrar essa parte em guarani, além de português e espanhol. Porém, o espanhol predomina no corpo dos textos — novamente. De 115 textos disponíveis, 93 estão em espanhol, 22 em português e nenhum em guarani (GRÁFICO V):

**GRÁFICO V — Línguas Presentes nos Documentos da Seção "Documentos" do Site da RAADH**



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Assim como no PARLASUL, a análise dos documentos provindos da RAADH denota a forte presença do espanhol, em detrimento do português e do guarani. Contudo, o órgão inova ao prover um site na versão guarani, permitindo que seus(suas) os(as) falantes, sobretudo monolíngues, encontrem algumas informações básicas sobre a história e as funções da RAADH — ainda que não permita o acesso ao corpo dos documentos.

### **2.3 Há paridade formal entre as línguas do Mercosul?**

Por meio da análise dos documentos fundacionais e de outros documentos emitidos por três outros espaços do Mercosul, foi possível perceber que o espanhol é o idioma de maior peso, seguido do português e do guarani. Com exceção dos *core documents*, o espanhol representa mais de 70% dos documentos selecionados de três espaços (CMC, PARLASUL e RAADH).

Na primeira dimensão analisada, os documentos fundacionais, foi possível encontrar uma paridade formal, uma vez que todos os seis tratados e protocolos que fundam e estruturam o Mercosul estão disponíveis em espanhol e português. Uma vez que os documentos pertencentes a essa esfera são de 1991 a 2005, as línguas oficiais até então eram somente o português e o espanhol. O guarani só foi oficializado em 2006 e, portanto, os *core documents* não contam com versões originais nessa língua. Tal fato não impede que uma versão fosse elaborada posteriormente. Contudo, até o presente momento, não há registros desses seis documentos em guarani.

No CMC, segundo espaço observado, o espanhol representa 74,3% dos textos examinados. Já o português expressa 25,7% deles. O guarani não está em nenhum documento dessa instância. Sendo o maior órgão do Mercosul, o CMC emite diretrizes e normas que nortearão todas as outras instâncias do Bloco. Mas, como vimos, além de não ter um site oficial, o Conselho não disponibiliza esses direcionamentos ao público — ao menos online.

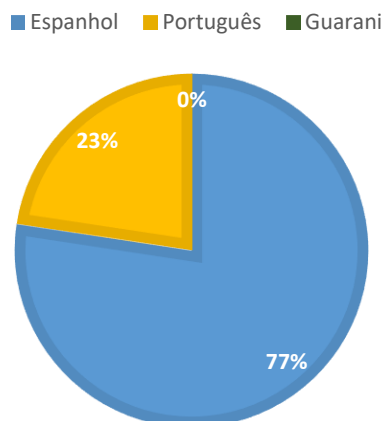
Já o terceiro âmbito examinado, o PARLASUL, é o que mais expõe o predomínio do espanhol: 94% dos documentos observados estão nessa língua. O português carrega uma baixa expressividade e o guarani não aparece em nenhum corpo de texto. Porém, dos espaços analisados, o Parlamento foi o único que instituiu o guarani como língua de trabalho, assegurando que tradutores e intérpretes estejam disponíveis em caso de necessidade. Dado que não é o propósito deste trabalho, não analisaremos se a prática é condizente com a formalização. Porém, se partimos do texto disponível no site oficial, que garante que todas as línguas do Bloco são iguais e que todos os documentos emitidos pelo órgão contarão com traduções nas três línguas, vemos que isso não se concretiza. O PARLASUL é o espaço analisado que mais possui documentos em espanhol, com baixa presença do português e nenhuma do guarani.

Por fim, a RAADH é o único espaço que conta com uma versão do site em guarani, tornando a acessibilidade um pouco maior aos falantes monolíngues dessa língua. Contudo, de todos os documentos analisados nessa esfera (somados as atas, normativas, livros, anexos, declarações), 73,3 % estão em espanhol; 26,7% em português; e nenhum em guarani. Assim, um(a) falante monolíngue dessa última língua terá acesso a poucas informações do site, e não aos textos em si.

Assim, podemos resumir o resultado de todos os documentos analisados — 728 no total — na seguinte proporção (GRÁFICO VI):



### GRÁFICO VI — Línguas Presentes nos 728 Documentos Analisados



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Aos menos nos documentos oficiais, o Mercosul prioriza o princípio de territorialidade, tendo em vista que a localização geográfica é fundamental para estabelecer a língua de uso dos textos. O direito linguístico que cada pessoa possui para se comunicar em uma determinada língua não foi levado em consideração na elaboração dos documentos emitidos pelos espaços em questão. Um(a) falante de guarani monolíngue não terá acesso aos textos oficiais, sejam os fundacionais ou os diários, por mais que sua língua esteja prevista como oficial para todo o Mercosul. Já os(as) falantes do português terão um acesso limitado aos documentos, visto que a presença dessa língua é menor do que a do espanhol. Mesmo que sejam línguas próximas, possibilitando, muitas vezes, que seus(suas) falantes se entendam, o espanhol e o português são línguas distintas. Portanto, é necessário que o Bloco disponibilize traduções nas duas línguas caso decida efetivar suas presenças.

Como visto na seção 1.2.3, Varennes (2012) afirma que há uma paridade formal entre as línguas de trabalho do Mercosul — considerando o espanhol e o português. O Bloco seria uma exceção para o padrão visto em outras organizações regionais, que privilegiam uma língua em detrimento de outra. O Mercosul provê o status de oficialidade às duas línguas de maior peso político e econômico na região, garantindo, ao menos formalmente, seu uso dentro das instâncias do Bloco. Mas essa configuração não se aplica ao guarani, que, mesmo escolhida como língua oficial, não é considerada para a elaboração dos documentos. Até mesmo em relação ao princípio de territorialidade, há prioridades distintas. Se o Mercosul seguisse o próprio art. 46 do Protocolo de Ouro Preto,

disponibilizaria versões dos documentos em guarani para as reuniões ocorridas no Paraguai — que, junto ao espanhol, é língua oficial desse país. Ao contrário, só encontramos textos em espanhol, o que denuncia a falta de paridade formal do guarani em relação as outras duas línguas do Bloco — seja em território paraguaio ou não.

Por mais que o português e o espanhol tenham uma paridade formal dentro do Bloco, suas presenças não se manifestam igualmente. Uma vez que a sede do Mercosul está no Uruguai, além de que três dos quatros países-membros são hispanofalantes, o espanhol predomina em relação aos outros idiomas — além de ser uma língua de forte expressividade no cenário internacional, o que propulsiona sua eleição enquanto língua protagonista do Mercosul.

Por sua vez, o português é o quinto idioma mais falado do mundo, por mais de 234 mil pessoas (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Apesar de sua crescente expressividade no cenário internacional, ainda não possui o mesmo status que o inglês, o francês ou o espanhol. E, pela análise de alguns documentos emitidos pelo maior bloco da América Latina e um dos maiores do mundo, sua presença perde para o dominante espanhol.

### 3 AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES LINGÜÍSTICAS NO MERCOSUL

*“El conocimiento del otro, de su lengua y de su cultura, así como el convencimiento de que compartimos una identidad son necesarios para fortalecer la región y hacer posibles las políticas lingüísticas que acompañen ese proceso.”*

— Elvira Narvaja de Arnoux

Os poderes que o Mercosul, enquanto personalidade jurídica, adjudica sob seus membros e, ao mesmo tempo, a restrição do Bloco frente aos pressupostos de soberania que cada Estado carrega parecem recair, também, nas línguas escolhidas e efetivadas dentro da OI. O Bloco, que pretende integralizar os países do Cone Sul, enfrenta imposições e consequências históricas do processo de formação das nações, verdadeiras comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008), no contexto da América Latina. E a ideia de nação é construída, em parte, pela língua.

Uma língua é carregada de vieses culturais, históricos, sociais e nacionais — afinal, toda decisão, sobretudo política, é permeada de ideologias e, consequentemente, opções parciais. Hamel (2001) aponta como no Uruguai o uso do português por comunidades do extremo norte datadas da época colonial, sobretudo dos momentos de disputa territorial entre a Coroa Real da Espanha e a Coroa Real de Portugal, é visto como uma ameaça para a unidade uruguaia. Ou como, além disso, a Argentina não fez grandes esforços institucionais pós-Mercosul para a expansão do português como língua estrangeira no seu sistema educacional. Pelo contrário: priorizou um direcionamento exclusivo ao espanhol, em todo o território argentino, indo contra os princípios instituídos pelo Setor Educacional do Mercosul (SEM), instituição criada em 1991 para coordenar políticas educativas voltadas aos países-membros do Bloco.

O Mercosul não tem autoridade legal e institucional para se sobrepor à soberania dos países-membros — mesmo que tenha em seu horizonte a união e integração entre os países da parte Sul da América Latina —, uma vez que os mesmos países não abriram mão de suas soberanias em prol de uma organização maior e absoluta. Assim, cada país-membro possui autonomia para, em muitos casos, aceitar ou não (e consequentemente aplicar) uma diretriz proferida pelas instâncias do Mercosul.

Somado a esse fator, cada país estabelece suas próprias políticas linguísticas, e nem sempre tem em vista uma integração com as nações vizinhas. Arnoux (1997) ressalta

que as políticas linguísticas que afetam a região do Cone Sul são encabeçadas pelos países economicamente mais fortes: no caso do espanhol, quem exerce esse papel é a Espanha, mesmo externo à América Latina; e no caso do português, o Brasil, que se torna um contraponto à influência de Portugal. Esses papéis presumem posições hierárquicas distintas em países centrais, secundários e periféricos. Assim, há diferenças substanciais na manifestação dessas línguas na América Latina.

A iniciativa de criar um bloco econômico que estabelecesse a integração regional nos países do Cone Sul lança as bases, de certa forma, para o reconhecimento da potência da América Latina nos campos sociais, políticos e econômicos. Mas, como sabemos, a integração não se restringe a essas esferas, afetando também as políticas linguísticas, educacionais e culturais. Se temos, por um lado, pensadores como Darcy Ribeiro (2017), que reconhecem a América Latina como a “pátria grande”, constituída por uma história e um presente similares, temos, por outro, a testemunha de grandes obstáculos ao reconhecimento de uma igualdade entre os povos latinos.

Darcy reconhece as diferenças, por exemplo, entre os tipos de colonização impostos aos países do hemisfério Sul e seus resultados, porém ressalta a importância de rumarmos em direção à visualização dos fatores em comum — em sobreposição àquilo que nos diferencia. Ressalta, inclusive, que nossa formação única fez com que existíssemos “sob o signo da utopia” (2017, p.57). Segundo o autor, somos um povo sem passado definido. Entretanto, o futuro é a nossa sina.

É nesse compartilhamento de formação histórica (salvaguardadas as distinções), de interesses e de necessidades que se encontra o futuro da América Latina como pátria. Esse projeto rumo ao latinismo requer, sobretudo, uma mudança no imaginário social. É necessário que não só os países pertencentes ao Mercosul, mas igualmente aqueles que não fazem parte, abram mão de seus interesses e preconceitos em relação aos vizinhos e somem esforços rumo à unidade. Não é uma tarefa impossível, contudo é árdua — talvez até utópica. Mas se há quem assimila utopia ao impossível, há quem a associe a uma possibilidade que ainda não tomou lugar — e que pode existir no amanhã.

Além do Mercosul, tivemos outras iniciativas de organizações regionais na América Latina. A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) é um exemplo. Criada em 2004, a ALBA busca reforçar parcerias econômicas, políticas e sociais em toda a América Latina e Caribe, e chegou a propor uma moeda regional comum, o Sucre — como acontece na União Europeia. Faz parte da Aliança oito países,

inclusive a Venezuela e a Bolívia — o primeiro suspenso do Mercosul e o segundo, em processo de adesão. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), de 2008, e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), de 2010, também são exemplos de iniciativas regionais que visam fortalecer os intercâmbios das comunidades latinas e também caribenhas. Mesmo que tenham suas devidas expressividades, é indubitável o destaque do Mercosul em relação aos três exemplos.

A criação do SEM, em 1991, é um exemplo da expansão do Bloco para além da economia. Visando o estabelecimento de políticas educacionais voltadas aos países-membros, o SEM estabelece planos de ação válidos por cinco anos, que estruturam e direcionam as políticas educacionais no Bloco. É por esse Setor que serão encabeçadas medidas como a facilitação da validação de diplomas de nível superior, testes de proficiência oficiais, intercâmbios acadêmicos e incentivos ao ensino de português e espanhol.

O Plano de Ação 2016-2020, disponível no site oficial do SEM<sup>22</sup>, indica os eixos, as prioridades e os objetivos específicos de cada ação. O documento está redigido em espanhol e português. Dentro os objetivos específicos, ressaltamos cinco:

**1.3 — Fortalecer e difundir uma produção científica latino-americana;**

**1.9 — Desenvolver espaços de educação continuada para professores de formação docente e de professores de português e espanhol;**

**2.12 — Facilitar os processos de legalização de certificados e títulos;**

**3.4 — Realizar atividades de cooperação entre os países da rede para reduzir as assimetrias e consolidar o relacionamento regional** entre as agências nacionais de avaliação e creditação;

**4.2 — Ampliar a cobertura das instituições localizadas nas zonas fronteiriças, segundo/conforme critérios de seleção estabelecidos por cada país.** (Mercosul Educativo, 2021, grifo nosso)

Dessa forma, por meio de práticas educacionais, o Mercosul pretende integralizar a região do Cone Sul e ampliar zonas fronteiriças. Essas zonas são o que Elizaincín (1998, apud Hamel, 2001) chama de regiões de “pré-integração”. É pelo contato intenso que há entre duas sociedades, línguas e culturas distintas que uma integração maior, a nível regional, pode se concretizar. A partir delas há uma chance de que a união não se restrinja

<sup>22</sup> Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/plano-2011-2015.html> (versão em português).

ao campo econômico e penetre, além disso, nas esferas educacionais, políticas e imaginárias.

Mesmo que haja esforços institucionais para uma integração entre os países-membros e associados, como o SEM, diversos(as) linguistas (Hamel, 2001; Arnoux, 2010) apontam como, na prática, cada país acaba por priorizar suas línguas nacionais e oficiais nas formulações de políticas linguísticas. O que vemos são nações cada vez mais voltadas a uma política homogeneizadora, sem muitas vezes levar em consideração as línguas dos países vizinhos, principalmente no que concerne às línguas indígenas.

Esse direcionamento pode ser visto no caso da Lei 11.161/05, promulgada no Brasil, em 5 de agosto de 2005, que institui a oferta obrigatória de língua espanhola no currículo do ensino médio e, em contrapartida, a ausência de leis e diretrizes pela oferta obrigatória de português como segunda língua nos sistemas educacionais dos outros países do Bloco — majoritariamente falantes de língua espanhola.<sup>23</sup> Mesmo que a lei possa ser considerada um avanço para a integração no Sul, sobretudo no campo educacional, o governo do então presidente Temer (2016-2019) tornou opcional o ensino de espanhol e priorizou o ensino de inglês no Ensino Médio brasileiro. Isto é: mais uma vez a língua hegemônica e de prestígio foi privilegiada.

Arnoux (1997) aborda como as elites dos membros do Mercosul, sobretudo da Argentina, até hoje priorizam, para o ensino de línguas estrangeiras, aquelas com maior prestígio, como o inglês, o francês, o italiano e o alemão. Nessa questão, Hamel (2003) afirma que, ao menos no Brasil, o espanhol consolidou sua presença, especialmente no meio educacional, a partir da presença de graduações e livros em língua espanhola, além de escolas de idiomas particulares. O contrário — países hispanofalantes promovendo a língua portuguesa — não ocorre com tanta frequência na América Latina.

Principalmente para Arnoux, faltam interesse e comprometimento por parte dos(as) responsáveis pela implementação de políticas linguísticas rumo à integração, bem como uma certa sensibilização no tratamento das línguas dentro do Bloco:

Parto da premissa de que a má implementação das decisões de órgãos como o Mercosul Educacional ou os respectivos parlamentos deriva, por um lado, da

---

<sup>23</sup> A Lei 11.161 de 2005, sancionada pelo presidente Lula, estabelece a obrigatoriedade do ensino de espanhol, de matrícula facultativa, para os alunos do ensino médio. Em 2017, foi revogada pela Lei nº 13.415, que, por sua vez, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criando o Novo Ensino Médio. Seu art. 35 define que o ensino de inglês é obrigatório e outra língua estrangeira poderá ser ofertada em caráter optativo, preferencialmente o espanhol.

falta de conscientização dos formuladores de políticas públicas e dos funcionários para os problemas da integração regional; e, por outro lado, que estas questões ocupam pouco lugar na agenda pública e, acima de tudo, que existe um descompasso entre as declarações e a imaginação coletiva que poderia sustentá-las. (ARNOUX, 2010)<sup>24</sup>

Ainda que o Mercosul seja uma instituição sólida e impactante dentro da América Latina, sobretudo na esfera econômica e, nos últimos anos, na dimensão política e cultural, ainda há muito a ser feito se o objetivo for criar e firmar uma identidade latinoamericana. Passando pelo nível individual, até chegarmos em níveis macros, a ideia de uma pátria comum às pessoas brasileiras, paraguaias, argentinas, uruguaias, venezuelanas, bolivianas — e às outras nacionalidades latinas —, precisa ser trabalhada, também, no imaginário coletivo. Caso contrário, o Bloco continuará a priorizar direcionamentos excludentes e, muitas vezes, homogêneos, além de cada país continuar limitado aos seus próprios interesses.

Se a língua exerce um papel fundamental no exercício da nacionalidade e pauta as relações que se constituem no seio do Bloco, por que não a repensar como um meio capaz sobretudo, mas não exclusivamente, de promover a integração e de incentivar a pluralidade entre nações tão semelhantes — que compartilham a fatalidade de rumarem ao futuro (DARCY, 2017)? É possível construir uma sensibilização e uma preocupação genuínas por parte dos(as) responsáveis pela efetivação do Mercosul rumo à construção de uma união latinoamericana?

Há grandes estudiosos(as) que melhor discutem tais questões, inclusive sob o viés do Mercosul. A construção da pátria grande pode, para muita gente, ser inviável — mas, ao mesmo tempo, para muitos(as) é um norte. De qualquer forma, o papel imprescindível da língua deve ser um levado em consideração nas análises sobre a América Latina.

### **3.1 As representações das línguas indígenas no Mercosul**

Se encontramos empecilhos com o incentivo do português e do espanhol, línguas próximas e de expressividade tanto regional quanto internacional, o guarani, por sua vez,

---

<sup>24</sup> Tradução nossa: “Parto de que la pobre realización de las decisiones de los órganos como el Mercosur educativo o los respectivos parlamentos deriva, por un lado, de la poca sensibilización de los decisores de políticas públicas y de los funcionarios a la problemática de la integración regional; y, por el otro, de que estos temas ocupan escaso lugar en la agenda pública y, sobre todo, de que hay un desajuste entre las declaraciones y los imaginarios colectivos que podrían sostenerlas”.

não conta com nenhuma política educacional para seu ensino e difusão por parte do Bloco. Os próprios espaços do Mercosul, como vimos, não disponibilizam documentos oficiais nessa língua e priorizam o uso do espanhol. No SEM, não há nenhuma menção à língua guarani, tanto como objeto de políticas públicas educacionais, quanto a disponibilidade de uma versão do site nessa língua.

As línguas indígenas, que ocupam lugar de peso através da grande vastidão territorial da América Central e do Sul, muitas vezes nem são objetos de formulação devida de políticas linguísticas, sendo restringidas a meras formalizações. Um exemplo está no Brasil, que mesmo contando com sete línguas cooficializadas em cinco municípios (MORELLO, 2015), ainda renega as línguas e os povos indígenas ao status de marginalização na prática. São Gabriel da Cachoeira, município no Amazonas, conferiu, em 2002, o status de cooficialidade a três línguas indígenas, junto ao português: o nheengatu, o tucano e o banúua. Por mais que seja um feito memorável na história das políticas linguísticas no Brasil, autoras como Pereira (2016) ressaltam o distanciamento entre a formalização e a concretização de políticas linguísticas voltadas à promoção das línguas indígenas. Além disso, há uma ausência da participação dos próprios indígenas nas políticas *in vitro*:

O Brasil também apresenta um problema de distanciamento entre a política em si e sua implementação prática, como pudemos ver no caso de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, houve um distanciamento da questão por parte das lideranças indígenas que fizeram parte da cooficialização, e isso pode ser uma das principais causas que contribuem para o desconhecimento da população e para a pouca implementação e divulgação da lei. (PEREIRA, 2016)

A falta de atenção com as línguas indígenas não permanece restrita às fronteiras nacionais. Em março de 2021, a imprensa paraguaia mostrou o caso de uma brasileira, proprietária de plantações de soja no Paraguai, que, através de um áudio no *WhatsApp*, proibia os(as) funcionários(as) de falarem em guarani (EXTRA, 2021). Somente o português e o espanhol eram permitidos nas instâncias da empresa. O áudio deixa claro que quem não concordasse com a decisão poderia “buscar o escritório para acertar as contas com a empresa” — ou seja, pedir demissão. Essa violação aos direitos linguísticos e indígenas — e, em última instância, aos direitos humanos — não é raro na América Latina.

Saindo da esfera do Mercosul, poderíamos achar exemplos de boas práticas em outras OIs, no que tange aos direitos linguísticos voltados às línguas indígenas. Ao



olharmos para a ONU, organização linguisticamente plural, cabe analisar a Convenção 169, elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989, que versa sobre as condições de vida e de trabalho dos povos indígenas e tribais. No site oficial da OIT<sup>25</sup>, a Convenção está disponível em inglês, francês, espanhol, árabe, alemão e russo. Não há uma versão em chinês, que é uma das línguas oficiais da ONU — a qual a OIT faz parte. Dos 24 países signatários da Convenção, cinco são também parte do Mercosul, seja enquanto efetivo ou associado (Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Venezuela). Todos esses países incorporaram as resoluções da OIT 169, de caráter vinculante, às suas estruturas jurídicas internas. O Uruguai, entretanto, não é signatário.

Seria razoável que a Convenção, que versa justamente sobre populações indígenas, contasse com traduções para além das citadas acima. Como discutido anteriormente, muitas vezes os documentos e resoluções que recairão sobre certas populações não estão nem mesmo disponíveis em suas respectivas línguas. Tal fato impede que as pessoas afetadas acessem as formalidades das ações e discutam suas consequências. Possibilitar a tradução da Convenção 169 para variadas línguas indígenas seria uma forma de respeitar os direitos linguísticos das comunidades envolvidas.

No que tange aos países da América Latina, temos o caso do Chile, que traduziu a Convenção para três línguas indígenas majoritárias no país: mapudungun, aymará e rapa nui. O Brasil, por sua vez, conta com uma versão em guarani kaiowá e outra em terena — além do português. Até o momento, não foi possível achar traduções em outras línguas indígenas. Assim, apenas quatro línguas indígenas acessam a Convenção.

O Paraguai é o único dos quatro membros do Mercosul que possui uma língua indígena como língua oficial: o guarani. Mesmo sendo uma língua fundamental para a população paraguaia, e também para a diversidade da América Latina, o guarani não é objeto de políticas linguísticas dentro do Mercosul e não está presente nos documentos do Bloco — espaço analisado neste trabalho. Além disso, a proibição dessa língua na fazenda de soja localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai é um indício da falta de consideração com as línguas indígenas — e, conseqüentemente, seus falantes.

Se as OIs, de maneira geral, e o Mercosul, especificamente, tiverem em seus horizontes o que Hamel (2003) denomina “plurilinguismo”, ou seja, a ideia de que a heterogeneidade das línguas enriquece, ao contrário do “de facto multilinguismo”, que preconiza a diversidade linguística como um problema, poder-se-ia abarcar a grande

---

<sup>25</sup> Disponível em:

[https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:C169](https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169)  
(versão em inglês).

heterogeneidade e riqueza das línguas que compõe a América Latina, sobretudo das línguas indígenas. Afinal, no caso do Mercosul, “não há praticamente nenhum risco de que a revitalização e o apoio institucional às línguas indígenas e de imigrantes possam de alguma forma afetar as duas línguas oficiais” (HAMEL, 2003, p. 137)<sup>26</sup>.

### 3.2 O Mercosul como barreira à hegemonia do inglês

Em 28 de junho de 2019, o Mercosul fechou uma parceria com a União Europeia, durante a 14ª Cúpula do Grupo dos 20 (G20), gerando o maior acordo entre blocos já feito na história. O caráter plural das línguas na Europa, além do peso institucional do inglês e do francês, pode modificar algumas funções que as línguas já usadas no e pelo Mercosul exercem.

Observamos como o espanhol, o português e o guarani ocupam lugares diversificados dentro do Bloco. Ao menos nos documentos dos cinco espaços analisados, o espanhol predomina, seguido do português, e do guarani — que não exerce nenhum peso nas documentações. Além disso, analisamos como o inglês é hoje uma língua hipercêntrica, de maior prestígio internacional e usada extensivamente nas OIs. É provável que a força mundial do inglês altere algum espaço dentro das representações linguísticas do Mercosul?

Hamel (2003) disserta que o Bloco é uma barreira à crescente hegemonia do inglês, uma vez que o uso intenso do espanhol e do português as tornam línguas supercentrais na região latina. Sendo um bloco de grande expressividade internacional, é de certa forma esperado que o Mercosul priorizasse o inglês — como ocorre em outras OIs. Contudo, o Bloco faz as duas línguas mais importantes da região seus principais meios de prática — ainda que internamente haja diferenças entre as línguas consideradas oficiais. Conforme o linguista:

Embora o inglês certamente não esteja ameaçando as línguas oficiais do Mercosul na sua vitalidade ou nos seus domínios tradicionais, o português e o espanhol podem funcionar como uma barreira contra a hegemonia internacional do inglês e a sua invasão de domínio, particularmente nas

---

<sup>26</sup> Tradução nossa: “[...] there is virtually no risk that the revitalisation and institutional support of indigenous and immigrant languages could in any way affect the two official languages [...]”.

relações internacionais, no comércio, na ciência e na tecnologia. (HAMEL, 2003, p.136)<sup>27</sup>

Não observaremos neste trabalho como as negociações entre o Mercosul e a UE, lar de 24 línguas oficiais, aconteceram na prática e que línguas foram usadas nesse intercâmbio. Ainda que estabelecido, o acordo é majoritariamente comercial e, por enquanto, não há pretensões quanto a trocas políticas, educacionais e linguísticas — como há dentro do Mercosul.

No futuro, será possível analisar se houve alguma mudança nos usos e nas representações das línguas dentro do Mercosul, uma vez que a UE é um bloco mais avançado, do ponto de vista da teoria de integração, e conta com uma pluralidade de línguas oficiais. Considerando que os países hispanofalantes e lusófonos da UE nem sempre lideram as negociações, é provável que o inglês seja eleito o idioma-comum para os intercâmbios entre os dois blocos.

Nem por isso o Mercosul precisará deixar de dar destaque ao português e ao espanhol — ao menos em tese — por conta da parceira com a UE. O espaço analisado neste trabalho, além dos sites oficiais, mostrou que o inglês não tem lugar de destaque: não foi possível achar documentos em inglês e os sites oficiais que disponibilizam versões nessa língua providenciam somente informações básicas e gerais. Boa parte dos documentos e conteúdos estão em espanhol.

---

<sup>27</sup> Tradução nossa: “Although English is certainly not threatening Mercosur’s official languages in their vitality or in their traditional domains, Portuguese and Spanish could function as a barrier against the international hegemony of English and its domain invasion, particularly in the fields of international relations, trade, science and technology”.

## 4 CONCLUSÕES

*“Dentro de cien años la América Latina será la América Latina de Bolívar:  
una unidad regional afirmada sobre los valores de cada país.”*

— Gabriel García Marquez, 1988

A influência do Mercosul no campo linguístico é notável. Como qualquer outra OI, o Bloco possui línguas oficiais e de trabalho — e nem sempre ambas se confundem. No caso do Mercosul, três são as línguas em estado de oficialidade e duas se sobressaem no cotidiano: português e espanhol, com a predominância desse último.

O Bloco se expressa através de uma grande quantidade de espaços: quase 90 esferas compõem o Mercosul, incluindo reuniões de altas autoridades, órgãos, grupos e comissões. Dentre essas opções, quatro foram escolhidas para compor a análise da representação linguística: documentos fundacionais (*core documents*), o CMC, o PARLASUL e a RAADH. Todos os respectivos textos foram encontrados nos sites oficiais.

Considerando os três níveis de análise proposto por Varennes (2012) e o âmbito escolhido para aplicar a metodologia, os documentos oficiais do Mercosul, foi possível analisar que:

- a) Em tese, as línguas possíveis para deliberações próprias são as oficiais (português, espanhol e guarani). Na prática, o espanhol prevalece, seguido do português e do guarani — inexistente ao menos dentro dos 728 documentos analisados;
- b) As línguas de trabalho são o português e o espanhol, conforme estabelecido pelo art. 46 Protocolo de Ouro Preto de 1994. Até o momento, não foi possível encontrar uma legislação que garanta o mesmo status para o guarani. O presente trabalho não priorizou o estudo das línguas usadas nas comunicações verbais, como em reuniões e plenários. Focou-se nos documentos diários e constatou-se a predominância do espanhol;
- c) Apesar deste trabalho não abranger as línguas usadas em intercâmbios com outras OIs, o debate quanto à hegemonia do inglês no cenário internacional leva em consideração que o Mercosul pode funcionar como uma barreira

para a dominância dessa língua, fortalecendo o português e o espanhol para além das fronteiras nacionais.

OIs como a UE reconhecem o princípio de personalidade como fundamental para o exercício da cidadania, uma vez que cada falante possui o direito de usar o idioma de sua preferência. Localizada em um continente plurilíngue, a OI tem como único critério para a adesão de uma língua a oficialização correspondente do país-membro. Assim, se o país que fará parte da UE tem como nacional ou oficial a língua *x*, ela será acrescentada ao rol das línguas da organização. Aqui há uma intercambialidade entre os princípios de personalidade e de territorialidade.

Já no Mercosul, o princípio de territorialidade impera, uma vez que o fator territorial é levado em consideração para escolher ou não uma língua. Porém, esse mesmo princípio não é levado ao seu limite: as reuniões que acontecem no Paraguai não contam com versões documentais em guarani, língua oficial do país. Mais uma vez, o espanhol predomina.

Na análise como um todo, o espanhol, língua oficial e falada por três dos quatro países pertencentes ao Mercosul, é o principal meio para a efetivação das decisões e ações proferidas pelo mercado comum. O português se restringe às esferas localizadas no Brasil, como escritórios, reuniões e deliberações. Fora do território brasileiro, a prioridade é dada ao espanhol. E uma vez que a sede do Bloco está no Uruguai — ou seja, boa parte das atividades se concentram nesse país —, o espanhol é a língua mais representada. Já o guarani ocupa um mero lugar de formalidade, uma vez que, dentre os documentos analisados, não há traduções para essa língua.

Há duas situações peculiares quanto ao guarani: a RAADH disponibiliza uma seção do seu site nessa língua e o PARLASUL a elegeu como língua de trabalho, em 2014. Apesar das novidades, os documentos de ambos os espaços estão majoritariamente em espanhol e alguns em português. Não há nenhum em guarani. Assim, uma(a) falante monolíngue de guarani terá dificuldades em acessar os textos-chave do Bloco.

Caracterizar uma língua como oficial deveria presumir um respeito à sua efetivação e, se há mais de uma, a igualdade no tratamento deveria prevalecer. Contudo, a realidade, ao menos documental, denuncia uma assimetria dentro do Bloco. Línguas são também instrumentos de poder e muitas vezes esbarramos em ideologias que não operam na lógica da abertura à diversidade. Incentivar que uma língua ocupe um determinado

espaço pode soar ameaçador para algumas pessoas. Algumas iniciativas, como o Setor Educacional do Mercosul (SEM), tentam efetivar a integração no campo educacional, incentivando uma mudança nas políticas linguísticas de cada país. Contudo, até o momento, há mais desequilíbrios do que vontade profunda de integração cultural, ideológica e linguística.

Hamel defende que as políticas linguísticas que visam a integração da América Latina não devem se restringir à planificação típica da formação do Estado-nação, mas sim ser parte de um projeto heterogêneo, que incentiva o plurilinguismo e a interculturalidade:

Uma política linguística que promova esse objetivo não pode se limitar às políticas tradicionais de homogeneização do Estado-nação, que se limitam a padronizar as respectivas línguas nos seus territórios nacionais. Pelo contrário, deve ser desenvolvida dentro do conceito de interculturalidade e comunicação em espaços heterogêneos, a fim de criar uma política sociolinguística que admita, nos seus respectivos campos e domínios, uma grande diversidade de dialetos, socioletos, registros e interlectos entre as duas línguas, bem como modelos de alternância linguística ou de comunicação baseados no bilinguismo passivo. (HAMEL, 2001)<sup>28</sup>

Segundo García Marquez, escritor colombiano, citado no início do capítulo, ainda temos 67 anos para que a América Latina se torne uma unidade regional. Mesmo sendo um escritor de ficção, García é conhecido por sua idealização de uma unidade latino-americana.

A história pode tomar rumos inesperados durante a sua formação — e essa união pode eventualmente despontar no horizonte latino. Contudo, se formos observar o presente, notaremos que cada país-membro do maior bloco da região, mesmo orientando relativos esforços para uma integração regional no Cone Sul, sobretudo econômica, ainda evita parcerias mais acentuadas. Se a intenção é fortalecer a América Latina, é preciso trabalhar também no campo do imaginário coletivo, além de considerar a importância das línguas nesse processo. Deve-se ter em mente que não é simplesmente falar espanhol ou português: é carregar uma história, uma política, um ser no mundo.

---

<sup>28</sup> Tradução nossa: « Une politique linguistique valorisant cet objectif ne pourrait pas se restreindre aux politiques traditionnelles d'homogénéisation de l'État nation qui s'est limitée à standardiser les langues respectives dans leurs territoires nationaux. Elle devra plutôt se développer, dans un concept d'interculturalité et de communication au sein d'espaces hétérogènes, pour créer une politique sociolinguistique qui admette, dans leurs champs et leurs domaines respectifs, une grande diversité de dialectes, de sociolectes, de registres et d'interlectes entre les deux langues, tout comme des modèles d'alternance de langues ou de communication basés sur le bilinguisme passif ».

Uma região tão rica linguisticamente como a América Latina precisa debater, instrumentalizar e tornar possível a presença das línguas. Garantir os direitos linguísticos é garantir os direitos humanos. Respeitar a grande diversidade de línguas, tanto na região latina quanto em outras partes do mundo, é fundamental caso desejemos construir pontes — e não barreiras. Se lutamos por uma pátria grande ou não, as línguas locais, sejam quais forem, devem ter suas representações garantidas e efetivadas, não somente por leis, mas também por consciências. Respeitar uma língua é, ao mesmo tempo, prezar por um universo e por uma singularidade.

Plantar e regar a semente da diversidade linguística é deixar crescer a árvore da humanidade — plantemos e reguemos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre (1988) “The development of language empires”, in: **Sociolinguistics — Soziolinguistik. An International Handbook of the Science of Language and Society**. Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft, Ammon, Ulrich, Dittmar, Norbert, Mattheier, Klaus J., eds., Berlin, New York: Walter de Gruyter, vol II, 1541-1551.
- AMENDMENTS to the Rules of Procedure of the General Assembly. **UN General Assembly Resolution 262** (III), 11 December 1948. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/262\(III\)](https://undocs.org/en/A/RES/262(III)). Acesso em 17 de mar. de 2021.
- AMMON, Ulrich. Language Policy in the European Union (EU). In: SPOLSKY, B. (org.). **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pps. 570-591.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução de Denise Bottmann. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARNOUX, E. N. de; BEIN, Roberto. **Problemas Político-lingüísticos en la Argentina Contemporánea**. Quo vadis Romania? Zeitschrift für eine aktuelle Romanistik. Vienne: Université de Vienne, 1997.
- \_\_\_\_\_.; VALLE, José del. Las Representaciones Ideológicas del Lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. In: **Ideologías Lingüísticas y el Español en Contexto Histórico**. New York: CUNY Academic Works, 2010.
- \_\_\_\_\_. Cómo el Proceso de Integración Regional Sudamericana Interroga a la Glotopolítica. In: SOUSA, Socorro C. T.; ROCA, María del Pilar; PONTE, Andrea S. (orgs.). **Temas de Política Lingüística no Processo de Integração Regional**. São Paulo: Pontes Editora, 2018.
- AS Línguas da UE. **Site da União Europeia**. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-languages\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-languages_pt). Acesso em 12 de mar. de 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996**. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994. Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005**. Dispõe Sobre o Ensino da Língua Espanhola. Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2017.
- BRASILEÑOS Prohíben Hablar en Guaraní a Sus Empleados, Denuncian. **Extra**. 1 de mar. de 2021. Disponível em: [https://www.extra.com.py/actualidad/brasilenos-prohiben-hablar-guarani-sus-empleados-denuncian-n2929628.html?fbclid=IwAR2zXjLrJJ9kY2WIUHgMOKk99z\\_9aKYTL5hZ\\_DItaquo5cy6cIN3DM3nBg](https://www.extra.com.py/actualidad/brasilenos-prohiben-hablar-guarani-sus-empleados-denuncian-n2929628.html?fbclid=IwAR2zXjLrJJ9kY2WIUHgMOKk99z_9aKYTL5hZ_DItaquo5cy6cIN3DM3nBg). Acesso em 9 de abr. de 2021.
- CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. Prefácio Gilvan Müller de Oliveira; tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.



\_\_\_\_\_. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CARTA das Nações Unidas, de 24 de outubro de 1945. **Organização das Nações Unidas.** Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/A-Carta-das-Nac%CC%A7o%CC%83es-Unidas.pdf>. Acesso em 12 de mar. de 2021.

CHARTER of Fundamental Rights of the European Union, 7 December 2000. **European Union.** Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:12012P/TXT>. Acesso em 12 de mar. de 2021.

DE SWAAN, Abram. **The Emergent World Language System: an introduction.** International Political Science Review, 1993, v. 14, n. 3, p. 219-226.

DIRETRIZES. **Site do Mercosul.** Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/diretrizes/>. Acesso em 11 de mai. de 2021.

DOCUMENTOS Oficiais da Sessão. **Parlamento do Mercosul.** Disponível em: [https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/2016/templates/buscador\\_documentos.jsp?itulo=&anio=2016&iam=2&cmdaction=search&channel=parlasur&site=2&contentid=13240](https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/2016/templates/buscador_documentos.jsp?itulo=&anio=2016&iam=2&cmdaction=search&channel=parlasur&site=2&contentid=13240). Acesso em 15 de mar. de 2021.

EL Español, una Lengua que Hablan 580 Millones de Personas, 483 Millones de Ellos Nativos. **Anuário do Instituto Cervantes.** Disponível em: [https://www.cervantes.es/sobre\\_instituto\\_cervantes/prensa/2019/noticias/presentacion\\_a\\_nuario\\_madrid.htm](https://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2019/noticias/presentacion_a_nuario_madrid.htm). Acesso em 22 de mar. de 2021.

HAMEL, Rainer Enrique. Políticas y Planificación del Lenguaje: una introducción. **Iztapalapa 29** (Políticas del Lenguaje en América Latina), 1993.

\_\_\_\_\_. L'apparition de Nouvelles Politiques Linguistiques dans les Blocs Régionaux: le cas du MERCOSUR en Amérique du Sud. In: MAURIS, Jacques (org.). **Terminogramme**, 99-100 (Géostratégies des langues). Québec: Automne, 2001, pps. 129-160.

\_\_\_\_\_. Regional Blocs as a Barrier Against English Hegemony? The Language Policy of Mercosur in South America. In: MAURIS, J; MORRIS, M. A. (orgs.). **Languages in a Globalising World.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pps. 111—142.

\_\_\_\_\_. **Language Empires, Linguistic Imperialism, and the Future of Global Languages.** Universidad Autónoma Metropolitana, Department of Anthropology. México, D.F., 2005.

IDIOMAS Oficiais. **Parlamento do Mercosul.** Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/4499/2/parlasur/idiomas-oficiais.html>. Acesso em 23 de mar. de 2021.

INCLUSION of Arabic among the Official and the Working Languages of the General Assembly and its Main Committees. **UN General Assembly Resolution 3190** (XXVIII), 18 December 1973. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/191371>. Acesso em 16 de mar. de 2021.

INCLUSION of Chinese among the Working Languages of the General Assembly and the Security Council. **UN General Assembly Resolution 3189** (XXVIII), 18 December 1973. Disponível em: [https://digitallibrary.un.org/record/191370?ln=zh\\_CN](https://digitallibrary.un.org/record/191370?ln=zh_CN). Acesso em 16 de mar. de 2021.

INCLUSION of Russian among the Working Languages of the General Assembly. **UN General Assembly Resolution 2479 (XXIII)**, 21 December 1968. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/2479\(XXIII\)](https://undocs.org/en/A/RES/2479(XXIII)). Acesso em 17 de mar. de 2021.

INDIGENOUS and Tribal Peoples Convention, No. 169 —1 de jun. de 2007. **International Labour Organization**. Disponível em: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:C169](https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169). Acesso em 13 de abr. de 2021.

LÍNGUA Guarani se Torna Idioma Oficial de Trabalho do Parlamento do Mercosul. **Parlamento do Mercosul**. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/8222/2/parlasur/lingua-guarani-se-torna-idioma-oficial-de-trabalho-do-parlamento-do-mercosul.html>. Acesso em 29 de mar. de 2021.

LÍNGUA Portuguesa: saiba mais sobre o 5º idioma mais falado do mundo. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/lingua-portuguesa-saiba-mais-sobre-o-5o-idioma-mais-falado-do-mundo>. Acesso em 1 de jun. de 2021.

MERCOSUL/CMC/Ata nº 01/10, da VIII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum. **Site do Mercosul**. Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/3042>. Acesso em 12 de abri. de 2021.

MERCOSUL. **Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 35, de 2006**. Incorporação do Guarani como Idioma do MERCOSUL. Brasília, 2006. Disponível em: [https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/10443\\_DEC\\_035-2006\\_PT\\_Idioma%20Guarani.pdf](https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/10443_DEC_035-2006_PT_Idioma%20Guarani.pdf). Acesso em 9 de fev. de 2021.

MERCOSUL. **Página Oficial do Mercosul**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em 19 de mar. de 2021.

MERCOSUR. **Sitio Oficial del Mercosur**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/>. Acesso em 19 de mar. de 2021.

MERCOSUR. **MERCOSUR Official Website**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/en/>. Acesso em 19 de mar. de 2021.

MERCOSUR/PM/Acta 25/08, da XIV Sesión del Parlamento del Mercosur. **Site do PARLASUL**. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/7497/1/4.-acta-aprobada.pdf>. Acesso em 12 de mai. de 2021.

MERCOSUR Reunión de Altas Autoridades sobre Derechos Humanos. **Página oficial da RAADH**. Disponível em: <https://www.raadh.mercosur.int/gn/>. Acesso em 20 de mar. de 2021.

MORELLO, Rosângela. (org.). **Leis e Línguas no Brasil**. O processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL, 2015.

NOTA de Informação do Tribunal de Contas Europeu Sobre o Relatório Especial nº 9/2006 Relativo às Despesas de Tradução Incorridas pela Comissão, pelo Parlamento e pelo Conselho. **União Europeia**. Luxemburgo, 13 set. 2006. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ECA\\_06\\_22](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ECA_06_22). Acesso em 12 de mar. de 2021.

O Parlamento. **Site do Parlamento do Mercosul**. Disponível em:

<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/8029/2/parlasur/sobre-o-parlamento.html>. Acesso em 18 de mar. de 2021.

ORGANOGRAMA. **Site do Mercosul**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercotel>. Acesso em 11 de mai. de 2021.

PEREIRA, Nadine dos Santos. **Políticas Linguísticas e conservação de línguas indígenas no Brasil**. Trabalho de conclusão de curso. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

PLANO de Ação 2016-2020. **Mercosul Educacional**. Disponível em:

<http://edu.mercosur.int/pt-BR/plano-2011-2015/160-plano-de-acao-2016-2020.html>. Acesso em 13 de abr. de 2021.

PRESENTACIÓN del Convenio 169 en Lenguas Originarias. **Organización**

**Internacional del Trabajo**. Disponível em: [https://www.ilo.org/santiago/sala-de-prensa/WCMS\\_SCL\\_133\\_ES/lang-es/index.htm](https://www.ilo.org/santiago/sala-de-prensa/WCMS_SCL_133_ES/lang-es/index.htm). Acesso em: 13 de abr. de 2021.

QUE Es el Sector Educativo del Mercosur. **Mercosur Educativo**. Disponível em:

<http://edu.mercosur.int/es-ES/institucional/o-que-e.html>. Acesso em 23 de fev. de 2021.

REUNIÕES e Documentos Oficiais. **Site do Mercosul**. Disponível em:

<https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em 20 de abr. de 2021.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. 3ª edição. São Paulo: Global Editora, 2017.

SAM IK. Bruxelas não é Babilônia. **DW Brasil**, 2002. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/bruxelas-n%C3%A3o-%C3%A9-babil%C3%B4nia/a-715152>. Acesso em 12 de mar. de 2021.

TEXTOS Fundacionais. **Site do Mercosul**. Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/>. Acesso em 15 de abri. de 2021.

TEXTOS Fundacionales. **Site do Mercosur**. Disponível em:

<https://www.mercosur.int/documentos-y-normativa/textos-fundacionales/>. Acesso em 18 de mar. de 2021.

TRADUÇÃO da Convenção nº 169 Sobre Povos Indígenas e Tribais e Resolução Referente à Ação da OIT para a Língua Indígena Brasileira Guarani Kaiowá.

**Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em:

<https://www.reporterbrasil.org.br/documentos/guaranikaiowa.pdf>. Acesso em 13 de abr. de 2021.

VARENNES, Fernand de. Language Policy at the Supranational Level. In: SPOLSKY, B. (org.). **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pps. 149-173.

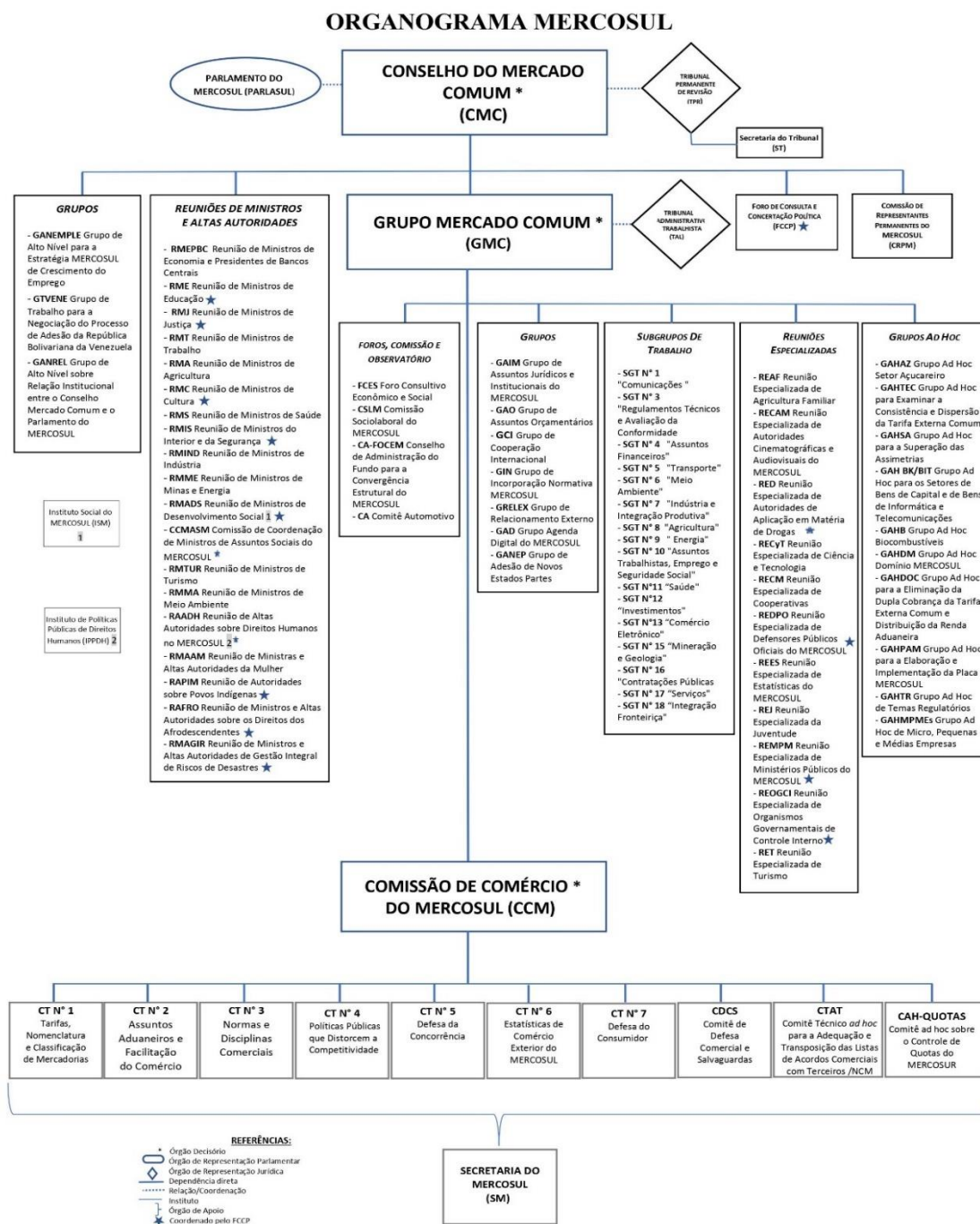
WILLIAMS, Colin H. Language Policy, Territorialism and Regional Autonomy. In: SPOLSKY, B. (org.). **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pps. 174-202.

ZARRATEA, Tadeo. **El Guaraní: la lengua americana más viable**, 2008. Disponível em:

[https://www.euskara.euskadi.eus/r59-bpeduki/es/contenidos/informacion/artik27\\_1\\_zarratea\\_08\\_10/es\\_zarratea/artik27\\_1\\_zarratea\\_08\\_10.html](https://www.euskara.euskadi.eus/r59-bpeduki/es/contenidos/informacion/artik27_1_zarratea_08_10/es_zarratea/artik27_1_zarratea_08_10.html). Acesso em 15 de mar. de 2021.

## ANEXOS

## Anexo I — Organograma do Mercosul



Fonte: site oficial do Mercosul